



PÓLIS

25ANOS

UTOPIA E DIREITOS
A CIDADE EM MOVIMENTO





PÓLIS

25ANOS

UTOPIA E DIREITOS
A CIDADE EM MOVIMENTO

REALIZAÇÃO

INSTITUTO PÓLIS

Rua Araújo, n.o 124 – Vila Buarque
01220-020 – São Paulo – SP
www.polis.org.br

PÓLIS 25 ANOS: UTOPIA E DIREITOS A CIDADE EM MOVIMENTO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Anna Luiza Salles Souto, Elisabeth Grimberg, Hamilton Faria, Jorge Kayano

PESQUISA, ENTREVISTAS E TEXTO-BASE

Daisy Perelmutter

EDIÇÃO E TEXTO FINAL

Luci Ayala

REVISÃO

Lara Milani

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Daniel Kondo

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Tania Maria Masselli

DIRETORIA

PRESIDENTE

Renato Cymbalista

VICE PRESIDENTE

José Carlos Vaz

COORDENADOR GERAL

Nelson Saule Junior

COORDENADOR EXECUTIVO

Jorge Kayano

ASSOCIADOS:

Adriano Borges Ferreira Costa, Alexandra Reschke, Altair José Moreira, Ana Cláudia Chaves Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Christiane Gasparini Araújo Costa, Eduardo de Lima Caldas, Evelina Dagnino, Francisco de Oliveira, Gerson Sergio Brandão Sampaio, Hamilton José Barreto de Faria, Heloisa Helena Canto Nogueira, Jane Casella, Jorge Kayano, José Antônio Moroni, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Maria do Carmo Alves Albuquerque, Maria Elisabeth Grimberg, Maria Teresa Martins Rodrigues Belda, Mariana Monferdini Romão, Marta Esteves de Almeida Gil, Nelson Saule Junior, Osmar de Paula Leite, Paulo Augusto de Oliveira Itacarambi, Paulo Somlanyi Romeiro, Peter Kevin Spink, Renata Junqueira Ayres Villas-Boas, Renato Cymbalista, Renato Sérgio Jamil Maluf, Rosângela Dias Oliveira da Paz, Rubens Harry Born, Sílvia Maria Sampaio Camurça, Sílvio Angrisani Caccia Bava, Stacy Natalie Torres da Silva, Valmir de Souza, Vera da Silva Telles, Veronika Anna Theodora Paulics, Vilma Aparecida Barban.

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:

Benedita Aparecida Alegre de Oliveira (in memoriam), Dilma Sylvéria dos Santos Nazário, Gisele Balestra, João Batista dos Santos, João Carlos Ignácio, Lucas de Figueiredo, Maria Aparecida Mendes dos Anjos, Maria Cristina da Silva, Maria da Paixão Pereira Mota, Rosângela Maria da Silva, Vilma dos Santos Guerra.

AGRADECIMENTOS:

Pão para o Mundo (PPM), a todos os apoiadores e parceiros e a todos os participantes desta história. Visite o site www.polis.org.br para acessar todos os colaboradores e equipe técnica dos 25 anos do Instituto Polis.

CATALOGAÇÃO NA FONTE – PÓLIS/ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Pólis 25 anos: utopia e direitos: A cidade em movimento. -- São Paulo: Instituto Pólis, 2015. 79p.

ISBN 978-85-7561-066-4 (Publicação Impressa)

ISBN 978-85-7561-067-1 (Publicação Digitalizada)

1. Terceiro setor - Brasil. 2. Organizações não governamentais. 3. Políticas públicas. 4. Políticas sociais. 5. Sociedade civil. 6. Cidadania. 7. Responsabilidade social. 8. Desenvolvimento sustentável. I. Instituto Pólis. II. Título

CDD 366



Esta publicação foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/>

PÓLIS 25 ANOS: VIDA E HISTÓRIA

Nas páginas que se seguem podemos ver o Instituto Pólis em ação nesses 25 anos; não apenas como instituição de referência no fortalecimento da democracia brasileira, mas como organização presente em muitos lugares da vida pública – nos acontecimentos políticos importantes da sociedade civil, na construção de políticas públicas, na democratização das gestões, no fortalecimento do trabalho local dos bairros, principalmente entre os jovens e excluídos; mas também na articulação de redes nacionais e internacionais de sustentabilidade, nos lugares públicos, nas ruas conversando e escutando pessoas, difundindo valores da convivência, da diversidade e da participação.

Ao longo de sua existência, o Pólis desenhou um lugar singular na mobilização de atores, na construção de conhecimentos, na enunciação de paradigmas para uma sociedade justa, democrática e sustentável. Não podemos negar os momentos difíceis pelos quais passamos, em virtude de conjunturas nacionais e internacionais não propícias à manutenção de entidades da sociedade civil, apartidárias e

pluralistas, com voz própria, condição vital para a nossa existência. No entanto, aqui chegamos com nossa contribuição por um mundo melhor, com intervenções, conhecimentos e histórias traduzidas em propostas vitais para o aprofundamento da democracia e a mudança real da vida das pessoas, principalmente seus segmentos mais vulneráveis. Nestes anos criamos ideias, articulamos organizações, mobilizamos coletivos e redes, construímos leis, incidimos na vida do país e na disseminação da cultura política da democracia e da ética pública.

O Instituto possibilitou a todos os seus profissionais a vivência de uma utopia social que propõe o direito à cidade para todos, a criatividade, a participação coletiva, a economia partilhada e solidária, e um ambiente equilibrado – enfim, o direito de criar um mundo mais justo. São valores que não têm preço, sonhados na vida e não apenas na obtenção de resultados.

Esperamos também que nos próximos anos o Pólis seja uma instituição ainda mais ágil e flexível, e cada vez mais próxima das pessoas que compõem os territórios excluídos do país, ajudando-as a encontrar um sentido como protagonistas da mudança do Brasil.

Agradecemos a todos os nossos apoiadores nacionais e internacionais que viabilizaram esta história; aos parceiros, aos colaboradores, a todas as equipes técnicas e administrativas, ao Conselho de Sócios – que construíram esta instituição e, principalmente, à grande diversidade de pessoas, movimentos sociais, fóruns, redes, enfim, àqueles que deram sentido ao nosso trabalho e o engrandeceram durante 25 anos. A todos a nossa gratidão.

UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

O Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – foi fundado em 1987 e sua articulação expressa um dos múltiplos aspectos do processo de redemocratização do Brasil. Não por acaso, a fundação do Pólis ocorreu no mesmo ano da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, reunindo pessoas que viveram intensamente a luta contra a ditadura em diversas frentes e se dedicaram à organização da sociedade civil e à defesa dos direitos de cidadania. O país vivia o final de um ciclo e a sociedade civil preparava-se para novos tempos.

Na década anterior, um forte movimento estudantil levava as bandeiras democráticas às ruas e o Brasil vira surgir seu movimento sindical independente, com greves operárias que sacudiram os grandes centros urbanos e industriais. Com o apoio das comunidades eclesiais de base, inspiradas na Teologia da Libertação, os movimentos populares por moradia, contra a carestia, pela melhoria de serviços públicos – educação, saúde, transportes – e pelo acesso à terra vinham construindo organizações locais em todo o país – nos bairros, nas pequenas e grandes cidades e no meio rural – e se articulando em âmbito nacional por vários meios. Também se fortaleciam os movimentos afirmativos de identidades e de direitos, como o das mulheres, dos negros e dos índios.

O crescimento das oposições à ditadura conquistara a Lei da Anistia, em 1979, que, embora limitada e “recíproca”, viabilizou a libertação de presos políticos e o retorno dos exilados. O bipartidarismo imposto pelo regime militar também se esfacelou. A década de 1980 começou com a realização da 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), em 1981, e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) dois anos depois. Em 1982, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), que congregou militantes das associações de moradores e comunidades eclesiais de base, das oposições sindicais metalúrgicas e dos sindicatos conquistados, do movimento estudantil, das associações profissionais e das universidades, inte-

lectuais e artistas num grande arco político que, à época, se expressou no slogan “um partido sem patrões”.

Por todo o país, crescia a mobilização popular Diretas já, por eleições diretas para a Presidência da República. Embora esse pleito, apresentado ao Congresso pela Emenda Dante de Oliveira, tenha sido rejeitado, as oposições conseguiram eleger, por via indireta, um presidente civil para o país e obter o compromisso de convocação de um Congresso Nacional com poderes constituintes.

Naquele período, e principalmente após a reforma partidária dos anos 1980, com o surgimento do PT, integrantes do movimento popular disputaram as eleições e conquistaram representação nos parlamentos – municipais, estaduais e federal – e em algumas prefeituras. Abriam-se, assim, novos espaços para a luta pelos direitos de cidadania e pela gestão democrática do poder público. Foi nesse momento que a ideia do que viria a ser o Instituto Pólis começou a tomar corpo.

“Havia um processo incipiente de democratização nas administrações municipais e sentíamos a necessidade de sistematizar essas experiências, conhecer seus avanços e definir um método de trabalho para não precisar reinventar a roda a cada eleição. Pretendíamos criar instrumentos para ajudar os atores do nosso campo político a ampliar a democracia”, comenta Silvio Caccia Bava, um dos principais articuladores da criação do Pólis, por várias vezes membro de sua diretoria e que, à época, participava da equipe de relações com os movimentos sociais do PT.

Embora de caráter plural no sentido partidário, o núcleo de articuladores do Pólis tinha suas raízes majoritariamente no PT. “Inicialmente, até pensamos em criar uma instância interna ao partido dedicada a sistematizar, analisar, debater e difundir essas experiências, incorporando suas novidades e aprendizados”, lembra Silvio. A proposta, porém, tomou outro rumo: formar uma organização profissional autônoma, independente do Estado e dos partidos, capaz de sistematizar experiências bem-sucedidas da relação entre sociedade civil e governos locais e

produzir conhecimentos que servissem de referência para movimentos sociais e gestores locais.

PESQUISA PARTICIPATIVA



Missão Conjunta da Relatoria Especial do Direito Humano à Moradia das Nações Unidas e da Relatoria Nacional do Direito à Moradia da Plataforma Dhesc, em Alcântara (MA), 2004.

O projeto era constituir uma instituição capaz de produzir conhecimento nessa linha – um *think tank* –, um instrumento para potencializar a capacidade dos atores democráticos da sociedade de ampliar os espaços de participação e promover a inclusão social. O Pólis se propunha a contribuir para a capacitação desses atores e para a construção de políticas públicas voltadas à inversão das prioridades seguidas até então, direcionando o investimento dos recursos públicos para aqueles que sempre haviam sido excluídos.

A proposta empolgou um grande número de ativistas. “As pessoas comentavam nos espaços públicos em que participavam e o grupo ia aumentando”, conta Silvio. Eram pessoas ligadas aos movimentos populares, à universidade, ao poder público, à educação popular, profissionais que prestavam assessoria técnica e política às bancadas de parlamentares de origem popular e democrática.

“No começo, nos reuníamos no escritório de advocacia do José Eduardo Martins Cardoso, apoiador do projeto, depois tivemos de ir para o Sindicato dos Arquitetos, bem maior. Aos sábados, fazíamos reuniões com mais de cem pessoas. Havia um grande entusiasmo pela redemocratização e pela proposta de atuação do que viria a ser o Pólis”, diz Silvio.

Os temas em comum eram os ligados ao espaço das cidades. O Brasil que emergia da ditadura era um país urbano, com uma quantidade enorme de pessoas que migraram para as cidades expulsas do campo e em busca de oportunidades. “Espelho da feroz concentração de renda promovida pelo regime militar, as cidades cresceram desordenadamente, reproduzindo esse modelo, em que bairros modernos, bem equipados e com serviços públicos razoáveis convivem com favelas e periferias nas quais predominam os loteamentos clandestinos, a autoconstrução e a carência de equipamentos e de serviços”, analisa Hamilton Faria, poeta, sociólogo, sócio fundador do Pólis e por várias vezes membro da sua diretoria.

O tema da reforma urbana, que mobilizara o país nos anos 1960, assumia novamente grande centralidade, mas era preciso renovar e atualizar seu conteúdo. E foi nesse espaço que o Pólis se articulou. “Nós criamos o Pólis para produzir conhecimentos que subsidiassem a ação política dos movimentos sociais e dos diversos atores envolvidos com as políticas públicas, tanto na relação com os partidos, quanto na relação com as organizações públicas”, diz Paulo Itacarambi, que participou da primeira diretoria do Instituto.

“Eu me apaixonei por essa ideia logo que foi formulada – uma paixão pela utopia, pela construção de um mundo melhor, pelo processo de democratização do Brasil”,

lembra Heloísa Nogueira, uma das articuladoras e fundadoras do Pólis, integrante de sua primeira diretoria. Nós nos propusemos a construir uma ONG de novo tipo, que iria conversar com o Estado – uma inovação, já que as ONGs até então estavam de costas para o Estado, aliadas aos movimentos sociais, lutando contra a ditadura. Seria, portanto, uma experiência inédita, com gente que eu admirava profundamente e estava no mesmo sonho. Havia uma conjuntura extraordinária que nos unia, existia uma emoção muito grande, e todos os projetos que fomos desenvolvendo no Pólis tinham essa característica de inovação”, comenta Heloísa.

Esse espaço diferenciado que o Pólis começou a ocupar, sua marca essencial e contribuição particular, residia na capacidade de aquelas pessoas produzirem e disseminarem conhecimentos. “A pesquisa é um elemento básico para a construção da nossa identidade e para a nossa apresentação na cena pública,” avalia Silvio Caccia Bava. “Se vamos falar sobre participação, temos vários estudos sobre participação. Se o tema são os planos diretores municipais, temos uma metodologia desenvolvida com base em nossas pesquisas e em nossas práticas. A organização surgiu articulando pesquisa e intervenção, e é isso o que a projeta na cena pública”, completa.

Para a socióloga Anna Luiza Salles Souto, pesquisadora do Pólis que já integrou a diretoria da instituição, a pesquisa participativa e engajada em processos políticos e sociais é uma marca do Pólis. “Não é uma pesquisa para ilustração ou para gerar debate na academia ou num pequeno grupo. São pesquisas mais dirigidas para os formuladores das políticas públicas, num primeiro momento, e, na sequência, para subsidiar a sociedade civil, instrumentar os movimentos sociais”, explica.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, sócia fundadora do Instituto e articuladora de sua área de Urbanismo, comenta: “O importante para nós sempre foi traduzir os resultados das pesquisas em instrumentos de formação de gestores e dos agentes sociais envolvidos, em propostas de políticas públicas, que apresentávamos para técnicos, gestores e lideranças do movimento popular”.

ARTICULAÇÃO DE REDES, FORMULAÇÃO E DEFESA DE PROPOSTAS

Essa visão fez com que o Pólis já surgisse com a vocação de articular redes de pessoas, de organizações e de movimentos, o que efetuou desde sua fundação e de diferentes formas, conforme a agenda política ia se desdobrando.

Além de produzir conhecimentos, a organização interfere no espaço público, formulando e defendendo propostas de políticas públicas. Como define Renato Cymbalista, arquiteto que foi pesquisador, diretor e, mais recentemente, presidente do Instituto: “O Pólis é uma instituição que acredita em instituições. Acreditamos que os espaços participativos são importantes, conquistados, e por mais problemas que tenham devem ser ocupados. O Pólis é uma instituição que acredita que o Estado é importante e que está sempre em disputa – a não ser em casos extremos. Entendemos que atores sociais específicos, principalmente uma atuação coletiva, significa uma possibilidade de reorientar a ação do Estado para cá ou para lá, de modo que as pessoas mais desfavorecidas consigam disputar em melhores condições uma fatia do bolo de riqueza social”.

Um dos cenários de atuação do grupo antes mesmo da fundação do Instituto, e um exemplo do que viria a ser sua atuação, foi a elaboração da proposta para a inclusão da reforma urbana na Constituição que estava sendo elaborada e sua defesa em todos os canais da sociedade civil e no Congresso Constituinte. A mobilização envolveu entidades de profissionais liberais, ONGs, associações de moradores e outras organizações de movimentos sociais urbanos, além de parlamentares do campo popular.

Essa articulação se expressava como Movimento Nacional pela Reforma Urbana, embrião do Fórum Nacional pela Reforma Urbana. O Pólis participou intensamente desse movimento, do Fórum e da elaboração do projeto de reforma urbana apresentado como Emenda Popular à Constituinte. Entre os temas propostos estavam a obrigação do Estado de assegurar os direitos urbanos a todos

os cidadãos; o reconhecimento da função social da propriedade da terra urbana; o direito à cidade e à sua gestão democrática.

Esse engajamento do Pólis expressa uma das marcas de sua atuação: a defesa de direitos do cidadão. Na luta pela afirmação e defesa destes, se mobilizou e se mobiliza em várias frentes: em atividades de formação, na elaboração com outros atores da plataforma pelo direito à cidade, que inspirou o Estatuto da Cidade e muitos aspectos da política urbana. O Pólis sempre batalhou para que a conquista de direitos se traduzisse em lei.

O movimento obteve sua primeira grande vitória: a nova Constituição incorporou boa parte das questões apresentadas no capítulo Direito à Cidade. Para o economista Ladislau Dowbor, integrante do Conselho do Pólis desde a sua fundação, a ideia de descentralização administrativa combinada com maior participação popular visava garantir uma maior eficácia das políticas sociais, aproximando os responsáveis por elas de seus usuários. “Nessa direção, mesmo que de forma ainda tímida, a Constituição de 1988 promoveu uma descentralização de recursos, permitindo que forças sociais e políticas emergentes na esfera municipal pudessem desenvolver projetos e práticas administrativas inovadoras. Nesse cenário de maior autonomia, o poder local, em conjunto com a sociedade civil, pode contribuir decisivamente para encontrar saídas para a crise social e a recuperação da qualidade de vida das cidades.”

O Pólis mantém uma participação constante na plataforma da reforma urbana, comenta Nelson Saule Jr., fundador e por diversas vezes membro da diretoria do Instituto. “Participamos da formulação de propostas e subsídios para a construção das plataformas de reforma urbana, que pautaram a elaboração da Constituição Federal, depois da Constituição dos estados, e, na sequência, pelas leis orgânicas dos municípios. Paralelamente, trabalhamos pela aprovação do Estatuto da Cidade e, como desdobramento dessa conquista, na elaboração de uma metodologia participativa para os planos diretores, que ajudamos a efetivar em muitos municípios”, completa Nelson.

Missão Conjunta da Relatoria Especial do Direito Humano à Moradia das Nações Unidas e da Relatoria Nacional do Direito à Moradia da Plataforma Dhesc, em Salvador (BA), 2004.



Desde o final dos anos 1980, muitas pessoas que participavam das articulações políticas pela reforma urbana levaram essa plataforma para outras esferas públicas, como candidatos a prefeito, a vereador, a deputado estadual e federal. Na avaliação de Nelson Saule Jr., a plataforma da reforma urbana foi deixando de ser exclusiva da sociedade civil e começou a se fazer presente em outras arenas, nas prefeituras de alguns municípios, nos legislativos municipais, estaduais e no Congresso Nacional. Alguns municípios procuraram pôr em prática novas políticas com base nas referências da plataforma, criando gestões participativas, constituindo instrumentos como os planos diretores, enfrentando o problema dos assentamentos da população de baixa renda com políticas habitacionais e fundiárias inclusivas. Com isso, foi se criando um caldo que deu mais consistência ao processo que estava correndo no Congresso Nacional para a aprovação do Estatuto da Cidade.

O Pólis contribuiu tanto oferecendo conhecimentos para subsidiar esses atores na defesa e adoção da plataforma da reforma urbana em seus espaços de intervenção, quanto mantendo e fortalecendo as articulações em redes.

ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE E APOIOS

Com as eleições municipais de 1988, muitos dos formadores do Instituto Pólis se viram diante do dilema de manter sua intervenção no âmbito da sociedade civil ou ingressar nos quadros dos governos municipais renovados. Um bom número optou por integrar-se ao poder local, dadas as possibilidades de intervenção direta na formulação e aplicação de políticas públicas havia muito reivindicadas. A maioria dos mais de cem fundadores do Instituto juntou-se às novas administrações municipais. Na instituição, ficaram em torno de dez pessoas focadas na sistematização das experiências inovadoras de gestão, incluindo novas experiências de relacionamento entre os movimentos populares e os governos na definição de políticas públicas.

Essa *expertise* que o Pólis começava a desenvolver e o espaço próprio que vinha ocupando no cenário político habilitaram a organização a obter o apoio de entidades de cooperação internacional que, à época, eram muito atuantes junto às ONGs brasileiras.

O primeiro apoio recebido pelo Pólis veio da Inter American Foundation (IAF), seguido pelo aporte de uma agência ecumênica protestante alemã, a EZE (hoje PPM – Pão para o Mundo), que viabilizou uma infraestrutura de trabalho mínima: aluguel de uma sala (Av. São Gabriel, no bairro do Itaim Bibi, São Paulo-SP), com espaço para a promoção de reuniões; a contratação de uma secretária e a compra de computadores.

A profissionalização da equipe, no entanto, só veio mais tarde, quando o Pólis passou a ser apoiado por outras agências de cooperação internacional. Ao longo das duas décadas seguintes, organizações como a Fundação Ford, dos Estados Unidos; a EZE/PPM, da Alemanha; a Oxfam, da Grã-Bretanha; a Novib, da Ho-

landa, que mais tarde se transformariam em Oxfam/Novib; o Comitê Catholique Contre La Faim et pour Le Développement, da França (CCFD); o International Development Research Center (IDRC) e a Développement et Paix, do Canadá; o Lincoln Institute of Land Policy, dos Estados Unidos; a Avina; a Unesco; o Unicef; entre outras, tiveram papel importantíssimo na manutenção da organização, garantindo sua capacidade de produzir conhecimentos e atuar na defesa de direitos de forma independente.

O apoio da EZE/PPM manteve-se fundamental para o Pólis ao longo de sua trajetória, dando-lhe suporte institucional por meio de planos quadrienais e, posteriormente, planos trienais, que permitiram o fortalecimento da instituição e a adoção de iniciativas importantes, como as atividades de formação, que requerem uma flexibilidade que projetos específicos não proporcionam.

ESTRATÉGIA E ARTICULAÇÕES, ANOS 1990

A estratégia do Pólis nessa conjuntura era contribuir, no âmbito das questões urbanas, com o fortalecimento dos movimentos sociais e a formação de gestores, e dar suporte a um projeto de transformação social e à construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, fortalecendo o poder de intervenção de seu campo político por meio da articulação de redes.

O Pólis publica, sistematicamente, os resultados de suas pesquisas. “Somos uma das poucas ONGs que consegue publicar sua produção com regularidade, afirma Renato Cymbalista. “Nós oferecíamos subsídios sobre temas como participação popular, reforma urbana, política cultural, política de resíduos sólidos, segurança alimentar e nutricional, nos quais já tínhamos desenvolvido uma *expertise*”, comenta Nelson Saule Jr.

Além das publicações com os resultados de estudos e avaliações, um dos suportes dessa estratégia de sistematizar e difundir experiências inovadoras de gestão foi o *Boletim Dicas – Ideias para a Ação Municipal*, lançado em 1993 e distribuído

em todo o país, por cerca de uma década, com grande repercussão (*Leia mais sobre o Boletim Dicas na página 32*).

Nesse período, o Pólis reforçou seu trabalho de articulação política. “Atuamos em vários fóruns, em muitos deles assumindo papéis estratégicos, bem como a responsabilidade de coordenação e de secretaria executiva, como o Fórum de Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, o Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania”, diz Nelson. Em quase todas essas frentes, também articulava fóruns e redes internacionais. (*Leia mais sobre essas atividades em Frentes de Atuação, pág 27.*)

ABONG E RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

A resistência ao projeto neoliberal, que, à época, avançava no Brasil e na América Latina, também fez parte da estratégia do Pólis. A escalada do neoliberalismo ganhou força na virada da década de 1990, tendo como marco a primeira eleição direta para a Presidência da República no pós-ditadura. Com articulações partidárias frágeis e uma legislação que impedia alianças, 22 candidatos concorreram no primeiro turno das eleições. Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os mais votados, disputaram o segundo turno, com a vitória de Collor.

Collor abraçou o projeto neoliberal e tomou as primeiras medidas de liberalização das fronteiras econômicas necessárias para a integração do país ao processo de globalização em curso. O neoliberalismo foi ganhando espaço, permanecendo hegemônico na nova composição do governo que se estabeleceu com o *impeachment* de Collor e a ascensão de seu vice, Itamar Franco, à Presidência e, posteriormente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como presidente.

Para contrapor-se a essa tendência, várias ONGs com tradição de luta democrática e inserção nos movimentos populares fundaram a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), em agosto de 1991.

“Para nós, a proposta era muito clara”, comenta Silvio Caccia Bava. “Prevíamos que o neoliberalismo avançaria pesadamente em várias frentes da sociedade e da economia brasileira, como já vinha avançando na América Latina, e precisávamos nos organizar para poder enfrentá-lo coletivamente. Caso contrário, esse campo político do qual participávamos iria se diluir e perder sua identidade.” Silvio foi o segundo presidente da Abong, exercendo a presidência da entidade por dois mandatos e integrando sua diretoria por oito anos. Essa experiência aprofundou o contato do Pólis com ONGs de todo o Brasil e da América Latina, com sua diversidade de campos de ação.

A Abong tornou-se um interlocutor no cenário político, representando as ONGs de seu campo junto ao governo, ao parlamento e a outras organizações da sociedade civil. Para aprofundar sua inserção e capacidade de intervenção nos diferentes estados, criou coordenações regionais – uma por região brasileira –, sempre representadas por organizações locais, ampliando a capacidade de interlocução destas últimas.

A Abong também se converteu numa interlocutora na política internacional, especialmente no que diz respeito à América Latina. Participou, por exemplo, no final dos anos 1990, da organização da Mesa de Articulação das Associações Nacionais e Redes Temáticas de ONGs da América Latina, iniciativa que ampliou o diálogo entre as organizações latino-americanas e seu poder de expressão e de interlocução com os governos nacionais e com os organismos regionais, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), e mundiais, como o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS

Além de atuar em âmbito latino-americano por meio da Abong, o Pólis abriu novas frentes de atuação internacional no início dos anos 1990. O primeiro cenário foi a **2ª Conferência da ONU para o Meio Ambiente, a Rio-92**, que reuniu re-

presentantes oficiais de 110 países e milhares de ativistas do todo o mundo, que amplificaram a discussão sobre a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável em escala planetária.

“Ainda em sua fase preparatória, avaliamos que os debates da Conferência não incluíam as questões ambientais urbanas – transporte, abastecimento de água e energia, poluição do ar e das águas, resíduos sólidos, entre tantos outros”, comenta a socióloga Elisabeth Grimberg, sócia fundadora, pesquisadora e por diversas vezes diretora do Instituto.

O Pólis levou essa percepção ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana, que propôs ao comitê internacional de organização da Rio-92 abrir espaço no evento para a discussão de questões ambientais urbanas e a sustentabilidade das cidades. Aceita a proposta, Silvio Caccia Bava foi para Nova York em nome do Fórum para ajudar a preparar essa discussão. No processo de organização dos debates paralelos à Rio-92, foi eleito diretor para a América Latina da Coalizão Internacional do Habitat (HIC na sigla em inglês de Habitat International Coalition).

Com essa mobilização, a questão urbana conquistou espaço próprio nos debates paralelos à Conferência, com ampla participação, e teve como um de seus resultados o *Tratado por cidades justas, democráticas e sustentáveis*, documento que serviu de base para a *Carta mundial pelo direito à cidade*, gestada no âmbito dessas alianças e que passou por aprovações sucessivas em distintas edições do Fórum Social Mundial e do Fórum Urbano Mundial, entre outros espaços. Essa carta teve e continua tendo grande impacto internacional. “Na América Latina, influenciou várias constituições, como a do Equador e a da Bolívia, e é uma referência mundial para as políticas públicas relativas ao direito à cidade”, avalia Silvio. (*Leia mais sobre o tema em Meio Ambiente Urbano e Resíduos Sólidos, na p. 52, e em Urbanismo e Direito à Cidade, na p. 68.*)

Ao longo dos anos 1990, o Pólis participou de vários seminários, congressos e conferências internacionais, bem como de redes mundiais temáticas de educação

popular, meio ambiente, urbanismo e cultura, segurança alimentar e nutricional, entre outras. Como entidade ligada à educação popular, desde sua fundação atuou no **Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal)**, rede criada em 1982 e que reúne 195 associações latino-americanas dedicadas à educação popular e de adultos. Ao longo desse período, o Pólis realizou seminários de educação popular pelo Ceaal e, nos anos 2000, ocupou a secretaria executiva da rede.

Na segunda metade dos anos 1990, o Pólis integrou-se à **Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário**, rede que surgiu na França no início dessa década, reunindo pessoas e organizações de mais de cem países com o objetivo de fortalecer movimentos de cidadania e de transformação social solidária. “A Aliança trouxe um sentido do novo, de outras culturas e não só da política mais tradicional, promoveu um diálogo entre a cultura e o planeta, mobilizou por anos pessoas dos mais diversos países, realizou encontros de milhares de participantes de mais de cem países”, comenta Hamilton.

Em 1997, em parceria com o Sesc São Paulo, o Pólis organizou o Encontro Internacional da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, do qual participaram dezenas de organizações e entidades do país – direitos humanos, mulheres, negros, artistas, ecologistas – e representantes de 61 países. Como desdobramento desse encontro, na virada do século, o Instituto organizou e sediou o encontro mundial Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário, que lançou a *Carta de Responsabilidades do Artista*, documento que alicerça a criação da **Rede de Artistas**, foi publicado em quatro idiomas e circulou em mais de oitenta países. (*Leia mais sobre o tema em Cidadania Cultural, na p. 43.*)

Também na virada do século, o Pólis ocupou a presidência da **Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção do Desenvolvimento (Alop)**, organização com mais três décadas e 48 entidades associadas na América Latina – quatro por país. Nessa época, a tradicional publicação bienal da entidade, *Informe da Democracia e Desenvolvimento para a América Latina*, deu início ao mapeamento

periódico dos conflitos sociais na região. O mapeamento é feito por meio de entrevistas com os movimentos sociais locais, realizadas pelas entidades afiliadas à Alop. Essas entidades elaboram a síntese desses conflitos em seus países, que é apresentada e debatida localmente com os movimentos sociais. Na sequência, completa-se o mapeamento regional e latino-americano.

“Esse processo estreitou os laços da Alop com os movimentos sociais locais”, comenta Silvio Caccia Bava, que presidiu a Alop logo após encerrar sua gestão na Abong. Permitiu também construir uma agenda latino-americana e perceber o que há de comum e de específicos nos movimentos que eclodem em cada país. Deu visibilidade, por exemplo, a um neoextrativismo presente em vários países e seus conflitos com os produtores rurais; expôs as diversas faces da disputa pelos recursos naturais e a luta dos povos para preservá-los; mostrou as demandas e as fragilidades de educação e de saúde na região, entre outros. Com isso, a Alop qualificou sua interlocução com as demais organizações e redes nacionais e internacionais, com organismos internacionais, agências de cooperação e governos.

O **Fórum Social Mundial**, realizado em janeiro de 2001, em Porto Alegre (RS), inaugurou uma nova faceta do processo de globalização – a articulação dos movimentos populares em escala planetária. Desde o primeiro Fórum, esse espaço de debates globalizado foi um palco de aprendizagem e de articulação de redes e movimentos sociais em âmbito nacional e internacional do qual o Pólis participou ativamente, com ações específicas de suas diversas frentes.

ESTRATÉGIA E ATUAÇÃO, ANOS 2000

Em julho de 2001, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade, resultado de um longo processo de luta por um projeto articulando soluções jurídicas e urbanísticas, combinado com mobilização da sociedade civil. Na avaliação de Nelson Saule Jr., um dos principais articuladores dessa conquista, “o Estatuto é um dos mais importantes instrumentos para a afirmação de direitos no âmbito da

política urbana, pois incorpora as bandeiras de luta levantadas pelo movimento. Demandas históricas, como mecanismos para a democratização das cidades, planejamento participativo, regularização fundiária, regulação do uso e ocupação do solo urbano, ganham estatuto de lei federal”.

A aprovação do Estatuto da Cidade e, já no governo Lula, a criação do Ministério das Cidades dão um novo dinamismo para a questão urbana e aceleram o processo de renovação dos planos diretores municipais – uma exigência da nova legislação.

O Pólis ocupou o papel de grande divulgador do Estatuto da Cidade. Seu Kit das Cidades, conjunto de publicações elaboradas com apoio financeiro da Caixa Econômica Federal e do Congresso Nacional, traduziu o Estatuto tanto para os gestores quanto para os movimentos sociais de todo o Brasil. “O Kit das Cidades foi distribuído no país inteiro e montamos uma rede de multiplicadores para explicar o Estatuto da Cidade. O Pólis ficou conhecido como uma instituição voltada para a construção de política urbana e habitacional, que trabalha o planejamento e a gestão territorial e urbana. Prefeituras de todo o país vinham nos procurar para fazer essa discussão”, lembra Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista, integrante da equipe do Pólis à época.

Ao mesmo tempo, a instituição já vinha aprimorando uma metodologia para a condução de planos diretores participativos e realizou consultorias para sua adoção em municípios de todos os portes e em todas as regiões brasileiras. Em pouco tempo, as assessorias às prefeituras tornaram-se uma importante fonte de renda para a instituição, apontando caminhos alternativos para sua manutenção.

O CENTRO DE SÃO PAULO E A ESCOLA DE CIDADANIA

Essa visibilidade do Pólis no início dos anos 2000 em função do Estatuto da Cidade coincidiu com outro fato de grande relevância institucional: a decisão de mudar sua sede, no bairro de Pinheiros, para o Centro da cidade de São Paulo, graças à compra de um imóvel próprio.

Para arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, a decisão de se estabelecer no Centro fortaleceu a interação e o diálogo da instituição com os movimentos sociais, que passaram a ter mais facilidade de acesso, bem como a possibilidade de ocupar livremente o novo espaço. “Uma das questões que defendíamos no âmbito do direito à cidade era a ocupação das áreas vazias, com infraestrutura subutilizada, como o Centro de São Paulo, por todo tipo de pessoas e por todo tipo de ação”, lembra Raquel. Coerente com essa posição, o Pólis foi uma das primeiras instituições a ir para o Centro – decisão que se mostrou importante para ampliar sua interface com os movimentos sociais.

A localização central possibilitou ao Pólis criar sua **Escola de Cidadania**, voltada para a capacitação de lideranças e de ativistas dos movimentos sociais.

Desde sua fundação, o Pólis dedicou-se às atividades de capacitação, seja de lideranças e de ativistas dos movimentos sociais, seja de gestores do poder local, uma tradição que partilhou com o Instituto Cajamar por muitos anos. A localização no Centro em sede própria, adquirida com apoio da Fundação Ford, possibilitou institucionalizar essa tendência, por meio da Escola de Cidadania. As novas instalações foram planejadas com esse objetivo, com auditório, salas de aula e demais espaços de apoio. A cada ano, cerca de mil pessoas participavam dos cursos de formação elaborados pelo Pólis.

A Escola de Cidadania tinha uma agenda própria, pautando seus cursos no diálogo com os movimentos populares, tendo como referência as questões enfrentadas na luta pelo direito à cidade. Um bom exemplo foi um curso desenhado especificamente para o Movimento de Saúde sobre orçamento. Quando houve a divisão da cidade em subprefeituras, o orçamento de Saúde também foi dividido dessa forma. O Pólis foi solicitado pela direção do movimento a organizar um curso que os capacitasse a entender e avaliar esse orçamento. A Escola de Cidadania elaborou esse curso, que teve duração de oito meses, com aulas aos sábados. Paralelamente, a Escola de Cidadania desenvolvia cursos demandados por outros projetos desenvolvidos pelo Pólis, como o Núcleo de Participação Cidadã e o Observatório dos Direitos do Cidadão.

PARTICIPAÇÃO E DIREITOS DO CIDADÃO

Na virada do ano 2000, o Pólis, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), criou o **Observatório dos Direitos do Cidadão**, com a proposta de produzir e disseminar informações sobre as políticas públicas na cidade de São Paulo para subsidiar os movimentos sociais que atuavam nas diversas frentes de interlocução com o poder público. Por quase uma década, o Observatório foi uma instância de diálogo permanente entre o Pólis, a universidade e as lideranças dos movimentos sociais paulistanos, e de capacitação dos seus ativistas. *(Leia mais em Observatório dos Direitos do Cidadão, p. 38.)*

NOVOS TEMPOS

Ao longo da década de 2000, as agências de cooperação internacional alteraram radicalmente suas políticas de apoio às ONGs brasileiras e latino-americanas. Na avaliação de Silvio Caccia Bava, o neoliberalismo foi ganhando terreno nessas agências; uma boa parcela delas passou a receber verbas de seus governos e a adotar critérios de seleção de projetos semelhantes aos de agências de prestação de serviços e de atendimento direto. Nesse novo cenário, era mais provável que um projeto de vacinação ou de escolarização de um grupo social específico fosse selecionado do que um projeto de pesquisa e de capacitação de lideranças do movimento social. Houve uma retomada da filantropia em novas bases, com grande fortalecimento das fundações empresariais.

Com a redução dos aportes da cooperação internacional, a mudança da conjuntura do país e com a construção de novos canais de relacionamento entre os movimentos sociais e os governos, o Pólis foi alterando sua estratégia. Manteve seu trabalho de pesquisa, produção e disseminação de conhecimentos, suas assessorias, e buscou novas formas de interlocução com a sociedade. Dois bons exemplos dessa nova estratégia são a edição brasileira do *Le Monde Diplomatique*, iniciada em 2007, e o Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social,

realizado em parceria com a Petrobras desde 2011 e ainda em andamento.

O *Le Monde Diplomatique* é uma publicação francesa, que circula em 41 países e alcança uma tiragem mundial mensal de 2,1 milhões de exemplares. A edição brasileira é uma franquia, inicialmente do Pólis e hoje com uma razão social própria, que reproduz 60% das matérias elaboradas pela redação central, na França, escolhidas pela equipe brasileira; 40% das matérias são produzidas localmente. O jornal é mantido por assinaturas e em bancas. “Para o Pólis foi uma inovação, uma ampliação da área de atuação e um meio de falarmos com um público mais amplo”, observa Silvio Caccia Bava, diretor e editor-chefe do *Diplô*.

“É uma forma, também, de articularmos novas redes”, lembra Silvio. O jornal conta com uma rede de colaboradores diversificada, que inclui desde intelectuais que estão produzindo novos estudos a movimentos sociais que querem divulgar suas propostas. Silvio cita como exemplo a parceria com a Plataforma de Políticas Sociais, iniciativa de pesquisadores da Unicamp, que reúne cerca de 120 intelectuais. “Eles escrevem para o *Le Monde Diplomatique*, ajudam a qualificar o jornal, que, por sua vez, contribui para ampliar o espaço de diálogo da Plataforma.”

O Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social tem como objetivo estratégico fomentar o desenvolvimento sustentável nos municípios do litoral de São Paulo, com inclusão social e em equilíbrio com o meio ambiente. Para isso, propõe-se a contribuir para o planejamento integrado das políticas públicas locais e regionais por meio de agendas municipais e regionais de desenvolvimento.

Essas agendas resultaram de um processo de diagnóstico socioambiental e urbanístico integrado de cada município e de dois diagnósticos regionais – da Baixada Santista e do Litoral Norte –, realizados em diálogo com a comunidade e com o poder público. Esses diagnósticos foram debatidos nos municípios e em encontros regionais e deram origem às agendas. Temas comuns e transversais a

todos os municípios – como turismo, segurança pública e segurança alimentar e nutricional – foram aprofundados em encontros e debates específicos, dando origem aos *Cadernos Temáticos*. Todas as áreas especializadas do Pólis participam desse projeto.

FRENTES DE ATUAÇÃO – TRAJETÓRIAS

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O primeiro marco da trajetória de produção de conhecimentos do Pólis foi um estudo sobre experiências de gestão nos municípios paulistas, apoiado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), uma fundação do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e voltada ao aprimoramento da gestão municipal e do desenvolvimento de políticas públicas.

No início de 1990, o Instituto foi convidado a participar, juntamente com um *pool* de outras instituições reconhecidas, do Projeto Gestão, empreendimento apoiado pelo Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (Ildes). “Foi um dos projetos mais interessantes de que eu participei, dos mais inovadores e instigantes”, lembra Heloísa Nogueira. “Seu objetivo era aumentar a capacidade da gestão do campo democrático popular, principalmente nas administrações municipais. Foram chamados parceiros importantes, que atuavam com foco em diferentes aspectos de gestão pública, como o Instituto Cajamar, o Pólis, o próprio PT e as escolas sindicais.”

O Pólis começava a ser reconhecido por sua *expertise* na avaliação de experiências municipais e foi responsável pela análise das experiências de gestão democrática nas cidades de Lages (SC), Fortaleza (CE) e Icapuí (CE). Os resultados foram publicados em 1991 e 1993 (Publicações Pólis n.5, 6 e 11, respectivamente).

O Projeto Gestão levou a um novo projeto também apoiado pelo Ildes e realizado por um *pool* de organizações. O objetivo ainda era levantar experiências inovadoras de gestão, mas com foco nas eleições – as pesquisas foram realizadas em estreita relação com o Grupo de Trabalho das Eleições do PT. Era o ano final do mandato da pri-

meira grande leva de prefeitos petistas pós-Constituinte. Coube ao Pólis identificar e sistematizar essas experiências, especialmente aquelas empenhadas na inversão das prioridades por meio de políticas públicas, evidenciando seus avanços, meios de realização, mecanismos de participação da sociedade civil e dificuldades. Os resultados foram publicados em *Experiências inovadoras em gestão municipal* (Publicações Pólis n.9, 1992) – conhecido na organização como *Livro Laranja*.

“Fui estudar novas metodologias para apreender as experiências inovadoras na Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès del’Homme, na França. Trabalhamos apenas com municípios com administrações petistas, porque o PT foi absolutamente inovador na gestão pública e era um fértil manancial”, comenta Heloísa. O *Livro Laranja* está na origem do Projeto Dicas, que teve seu início no ano seguinte. (*Leia mais sobre o Boletim Dicas na p. 32.*)

NÚCLEO DE GESTÃO MUNICIPAL DEMOCRÁTICA

Nessa primeira fase da década de 1990, o Pólis centralizava vários projetos de pesquisa de experiências inovadora de gestão em um Núcleo de Gestão Municipal, com financiamento da Inter-American Foundation (IAF). Começou com uma análise da gestão Telma de Souza (1989-1992), eleita prefeita de Santos (SP) na mesma época em que Luiza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo.

“Trabalhávamos com uma metodologia que envolvia entrevistas com pessoas-chave da administração, mapeamento das experiências que valeriam a pena registrar e disseminar – sempre com o objetivo de socializar informações e capacitar os novos gestores, pessoas que estavam assumindo as prefeituras. Nosso foco eram os governos locais”, comenta Anna Luiza Salles Souto.

Na sequência, ainda com esse foco e essa metodologia, o Pólis realizou estudos comparativos entre várias cidades de mesmo porte, como Santos, gestão PT; e Niterói, gestão PDT. A ideia era comparar municípios sob gestão petista e não petista, procurando estabelecer se havia diferença significativa nos resultados.

Ao longo da década de 1990, as pesquisas passaram por uma sutil mudança de foco. “Fomos evoluindo de uma análise centrada na gestão municipal para um olhar mais amplo do município, focado no binômio governo e sociedade civil”, comenta Jorge Kayano, médico sanitário, pesquisador e diretor do Pólis em várias gestões. “A ideia de desenvolvimento local expressa melhor essa nossa abordagem, já que pesquisávamos não apenas o governo, mas sua capacidade de interação com a realidade local e com a sociedade”, avalia.

INOVAÇÕES METODOLÓGICAS

A equipe do Núcleo de Gestão Municipal Democrática produziu um dos *best sellers* da organização à época: *Como reconhecer um bom governo – O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida* (Publicações Pólis n.21, 1995), trabalho que introduziu uma inovação na análise e na avaliação das políticas públicas: o uso de indicadores sociais.

“Enfrentamos o desafio de associar um conjunto de indicadores de condições de vida da população e sua evolução em função de ações desenvolvidas pelos governos locais com o que chamamos genericamente de desempenho da gestão. Com isso, produzíamos um balanço dos resultados alcançados por um governo”, comenta Jorge Kayano.

A publicação *Como reconhecer um bom governo* trazia um *ranking* de administrações públicas de acordo com sua posição diante desse conjunto de indicadores. “A repercussão foi muito grande. As prefeituras nos procuravam para entender aquilo e saber os critérios que utilizávamos”, comenta Anna Luiza. “E tanto os gestores quanto a sociedade civil passaram a ter uma ferramenta para avaliar o desempenho dos governos”, completa.

Para Jorge Kayano, esse estudo é um marco na trajetória de produção de conhecimentos do Pólis. Outra referência para analisar o desempenho de governos foi *Indicadores para o diálogo* (Instituto Pólis: Programa de Gestão Pública e Cidada-

nia/Eaes/FGV, 2001), estudo que mostra os avanços obtidos por gestões democráticas e participativas que utilizaram os indicadores para estabelecer pactos e metas com os grupos organizados dos municípios, visando a melhorias na qualidade de vida.

A incorporação da análise de indicadores nas pesquisas foi uma inovação metodológica que possibilitou ao Pólis ampliar o leque de estudos comparativos de gestão, que não precisariam mais se restringir aos municípios que fossem visitados pela equipe.

Outra inovação metodológica introduzida pelo Pólis foi aplicar um instrumental de pesquisa de mercado – a pesquisa qualitativa em grupos – à avaliação de políticas públicas.

A primeira pesquisa nessa linha, publicada na revista *São Paulo: a Cidade e seu Governo – o Olhar do Cidadão* (Publicações Pólis, n.26, 1996), fez uma avaliação da gestão de Paulo Maluf na Prefeitura de São Paulo numa espécie de diálogo com a gestão anterior, de Luiza Erundina.

“O projeto era muito interessante, durou três anos e inaugurou uma nova forma de fazer pesquisa e avaliação de políticas públicas”, afirma Anna Luiza. “Promovíamos uma rodada de discussões em grupos, com pessoas selecionadas em diferentes estratos da população, sempre no final do ano, em outubro ou novembro. Buscávamos entender a percepção dos paulistanos sobre as políticas em curso na cidade e a imagem do governo, se essa imagem se modificava ou não e, em caso positivo, como e por que se modificava. Percebemos que a imagem do governo vai ganhando densidade ou se fragilizando em comparação com a de seu sucessor.”

Com isso, o Pólis consolidou uma metodologia de análise de municípios – entrevista com gestores, análise de indicadores sociais e sua evolução e, sempre que possível, algum nível de escuta da população – aplicada em muitos outros projetos de pesquisas e em consultorias realizadas nos anos seguintes.

Um refinamento introduzido pelo Pólis nessa metodologia foi a análise da gestão financeira, especialmente nos municípios que haviam instituído o orçamento participativo. Um de seus desdobramentos foi fazer avançar a ideia de gestão participativa.

“Havia uma dúvida quanto ao grau de efetivação das demandas populares no processo de orçamento participativo”, lembra Jorge Kayano. “Percebemos que o alcance dos processos participativos em orçamento público era limitado, pois o volume dos recursos destinado para ser decidido por esse meio era muito restrito, gerando insatisfação e problemas na avaliação desses governos. Havia um descompasso entre o discurso e o resultado. Com isso, em alguns governos progressistas, a ideia de participação democrática na gestão avançou: não bastava ter orçamento participativo; era preciso, antes disso, ter um planejamento global participativo, que deveria se expressar no plano plurianual do município.”

Para Jorge, entre as experiências de governo acompanhadas pelo Pólis, a que mais avançou nesse quesito foi a de Santo André (SP) na gestão do prefeito Celso Daniel.

A ABRINQ E OS INDICADORES SOCIAIS

O uso de indicadores sociais para análise da gestão teve também aplicações práticas para outras organizações. Na época, a Fundação Abrinq lançara o programa Prefeito Amigo da Criança, que oferecia um selo de reconhecimento às prefeituras que desenvolvessem políticas públicas de apoio à infância. Uma das dificuldades dos gestores do programa era o critério de acompanhamento e avaliação de desempenho desses municípios. Com base na experiência do Pólis, Jorge Kayano criou um índice sintético, composto por vinte indicadores, que poderia ser utilizado para avaliar esse desempenho e era aplicável a qualquer outro município no Brasil. O Pólis também realizou parcerias com outras instituições, como o Unicef, o Inesc e o Centro Luís Freire, de Olinda (PE) na montagem do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), que ainda hoje é uma referência.

BOLETIM DICAS

O *Boletim Dicas – Ideias para a Ação Municipal*, lançado em 1993 em parceria com a Fundação Friedrich Ebert, foi um dos *best-sellers* do Pólis. Com periodicidade inicial mensal, depois quinzenal, seu objetivo era difundir experiências de gestão democráticas, inovadoras e voltadas para a inversão de prioridades, bem como ideias e propostas de políticas públicas com esse mesmo foco, contribuindo para a capacitação de prefeitos, vereadores e lideranças municipais.

O *Dicas* apostava na simplicidade e no didatismo: uma folha impressa em frente e verso, com o relato de uma experiência de gestão exitosa, apresentando sucintamente a metodologia de como ela foi construída e os resultados obtidos, mais um canal para o contato direto com a fonte para quem quisesse saber mais.

A acolhida da publicação superou todas as expectativas. O *Dicas* passou a ser utilizado para diversos fins, entre eles a capacitação dos funcionários públicos, a elaboração de propostas de lei e como fonte de argumentos para organizações da sociedade civil em suas proposição de políticas alternativas.

PRODUÇÃO

A garimpagem de experiências para os primeiros números foi relativamente simples, pela facilidade de relacionamento do Pólis com as prefeituras progressistas, justamente as que estavam inovando em mecanismos democráticos de gestão e em políticas públicas inclusivas. Mas o processo era trabalhoso. Boa parte das informações era encaminhada pelo telefone – a internet ainda não existia. Em alguns casos, fazia-se uma checagem no local. Às vezes, um especialista era convidado a dar um parecer técnico sobre aspectos do caso tratado. A pauta era elaborada anualmente e buscava-se contemplar os quatro grandes temas da gestão local: desenvolvimento social, desenvolvimento urbano, ação administrativa e relação governo-sociedade.



Mostra de publicações do Instituto Pólis.

Em 1996, a criação do Programa Gestão Pública e Cidadania pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, em parceria com a Fundação Ford, viria facilitar a produção do *Dicas*. O programa se propunha a premiar e divulgar amplamente experiências inovadoras em gestão pública local com impactos diretos no fortalecimento da cidadania. A seleção de iniciativas era feita por um comitê técnico com representantes de diversas instituições, incluindo o Instituto Pólis. Esse enorme “banco de dados” facilitou o rastreamento das iniciativas

EDIÇÕES ESPECIAIS

Em 1996, o Pólis realizou uma primeira edição especial do boletim, com a publicação *50 dicas – Ideias para a ação municipal* (Publicações Pólis n.24), com uma seleção de propostas e experiências bem-sucedidas de gestão pública. No ano 2000, com apoio do BNDES, ampliou essa experiência com a realização da edição

especial, *125 dicas – Ideias para a ação municipal*, cuja tiragem chegou a 25 mil exemplares, até então inédita na trajetória da entidade.

“O apoio do BNDES deu muita visibilidade ao Pólis”, comenta Veronika Paulics, editora do boletim. “O *Dicas* chegava às prefeituras com o carimbo do banco, o que sempre foi visto como sinônimo de verbas para investimentos. Isso fazia que os prefeitos dessem atenção especial à publicação. Foi o *best-seller* das políticas públicas.”

A repercussão do *Dicas* ensejou um novo projeto, *Novos contornos da gestão local*, em 2002, dessa vez com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sobre o impacto e a replicabilidade das experiências publicadas, ou seja, sobre o que as pessoas faziam com a informação recebida.

As publicações *125 dicas* e *Novos Contornos da gestão local* passaram a integrar a bibliografia de cursos de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e de outras universidades em todo o país.

IDEIAS ILUMINADAS

Certa vez, em Pedras de Fogo, pequeno município do interior da Paraíba, Veronika Paulics viu um exemplar do **125 Dicas**, com evidentes marcas de ter sido muito manuseado, na estante do prefeito, que se dizia felicíssimo com o material. Ela então lhe perguntou quais das experiências ali relatadas já haviam sido replicadas na cidade. Ele respondeu: “Nenhuma. Mas quando a pessoa tem um problema, ela vem aqui e fica olhando o que os outros fizeram em outras coisas e isso ajuda a iluminar e a dar ideias sobre o que fazer”.

PARTICIPAÇÃO E DIREITOS DO CIDADÃO

NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Nos anos 1990, o crescimento dos espaços de participação popular nas instâncias da gestão pública e o envolvimento dos técnicos do Pólis direta ou indi-

retamente nessas instâncias levaram à criação de um núcleo específico voltado à pesquisa e análise da participação cidadã no país. O núcleo também se dedicaria à capacitação dos representantes dos movimentos sociais para participar dessas instâncias e à elaboração de estratégias de atuação.

O diferencial dos estudos desenvolvidos pelo núcleo residia, justamente, em seu caráter propositivo, que tanto apontava problemas quanto sinalizava por onde as questões poderiam ser pensadas e encaminhadas.

Na década de 2000, o Núcleo de Participação Cidadã passou a trabalhar em estreita relação com a Escola de Cidadania, apoiando as atividades de capacitação de lideranças do movimento popular por meio de materiais como o boletim *Repente*, publicado entre 1996 e 2009. “O boletim trazia informações e debates de interesse dos integrantes dos diversos conselhos de participação cidadã e demais pessoas engajadas no fortalecimento dos espaços participativos e do exercício da cidadania”, comenta Ana Cláudia Teixeira, pesquisadora e ex-diretora do Pólís, responsável pela edição do boletim.

Ao todo, foram realizadas 29 edições do *Repente*. Um dos focos do trabalho era o monitoramento dos processos de orçamento participativo, uma experiência que se iniciou em Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra (1989-1992), do PT, espalhou-se pelo país e ganhou uma dimensão internacional. “Prefeituras de todos os matizes políticos aderiram ao orçamento participativo. Atualmente, são mais de 2.300 cidades no mundo que adotam esse processo” comenta Silvio Caccia Bava.

O Pólís realizou vários estudos tendo como tema a participação da sociedade civil nas instâncias de gestão: os impactos sociais do orçamento participativo, experiências de participação no estado de São Paulo e no âmbito federal, avaliação dos conselhos municipais de direitos, entre outros, muitas vezes em parceria com outros centros, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a Transparência Brasil e a Fase.

O Instituto também esteve à frente da secretaria executiva do Fórum Paulista de Participação Popular, que integrava principalmente representantes de prefeituras, e do Fórum Nacional de Participação, em que predominavam as ONGs.

O primeiro levantamento sobre orçamento participativo no Brasil foi uma iniciativa do Fórum Nacional de Participação com base nos resultados obtidos no Fórum Nacional sobre Orçamento Participativo, evento realizado em São Luís (MA), em 2003, com a presença de mais de mil pessoas. Já em pleno governo Lula, o Fórum Nacional lançou a proposta de uma avaliação da participação no âmbito federal, o que foi realizado no seminário *Os Sentidos da Democracia e da Participação*, que também deu o nome à publicação com os seus resultados (Publicação Pólis, n. 47, 2005).

“As pautas de reivindicação das organizações presentes nesse seminário serviram de base para o lançamento de uma plataforma de reforma política”, comenta Ana Cláudia, que coordenou essa atividade no Instituto. A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é estruturada em cinco eixos: fortalecimento da democracia direta; fortalecimento da democracia participativa e deliberativa; aperfeiçoamento da democracia representativa; democratização da informação e da comunicação; democratização e transparência do Poder Judiciário.

“A maior contribuição do Pólis nesse terreno foram as avaliações dos impactos da participação em canais específicos de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, como os conselhos de direitos, as conferências, as instâncias de orçamento participativo, as ouvidorias e outros canais, nas organizações e mesmo na vida das pessoas”, avalia Ana Cláudia. Para Hamilton Faria, esse trabalho merece um destaque, pois “pela primeira vez, se pensou a participação não apenas no viés político, mas envolvendo reflexões sobre a cidade em seu sentido mais global”.

“Uma vez por ano fazíamos o Repensando o Orçamento Participativo e uma pesquisa sobre as experiências no estado de São Paulo – são relatórios anuais com

um balanço do que estava acontecendo no estado em termos de participação”, diz Ana Cláudia. Um material importante para as prefeituras, que alimentava o congresso bianual do Fórum de Participação de São Paulo.

LOGOLINK E PESQUISAS INTERNACIONAIS

Desde o final dos anos 1990, o Pólis integra o projeto internacional LogoLink, apoiado pela Fundação Ford e centrado nos temas participação e governança.

Assim, como o Brasil ampliara os espaços de participação nas instâncias de gestão pública ao longo da década de 1990 e na virada do século, vários países do Sul viviam iniciativas semelhantes, de descentralização e emergência de processos participativos – áreas em que o Pólis já tinha ampla *expertise*.

A rede LogoLink reúne centros de pesquisa na Ásia, África, América Latina, Europa e nos Estados Unidos. Propõe-se a promover o intercâmbio de conhecimentos e a fortalecer esses processos locais participativos e de governança democrática. O projeto mantém-se até hoje. O Pólis passou a exercer a função de coordenador da rede latino-americana e, depois, de coordenador de toda a rede a partir de 2007.

Durante os anos 2000, o Pólis coordenaria outras pesquisas e articulações em âmbito internacional, como o **Programa Urbano de Cooperação Abong – Coordination SUD**, de 2003 a 2006, que reunia organizações da sociedade civil brasileira e francesas envolvidas nas questões urbanas e tendo como referência as experiências de políticas urbanas e habitacionais.

Entre 2006 e 2007, em parceria com a Alop, o Instituto da Cidadania e o Sebrae, realizou pesquisa sobre as potencialidades de desenvolvimento do território, em âmbito nacional e latino-americano. Desenvolveu também, entre 2008 e 2009, um programa de intercâmbio entre organizações da sociedade civil do Brasil e de Angola sobre questões fundiárias, direito à cidade e gestão democrática.

Ainda no tema participação, outra questão investigada no Brasil que gerou



posteriormente uma pesquisa em âmbito latino-americano foi juventude e participação, realizada em parceria com o Ibase e envolvendo uma rede de organizações brasileiras e de países vizinhos, com apoio do International Development Research Center (IDRC), instituição ligada ao Parlamento canadense.

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS DO CIDADÃO

No ano 2000, já existiam vários espaços de participação e intervenção da sociedade civil na definição de políticas públicas, como os conselhos de direitos e as ouvidorias, especialmente na cidade de São Paulo.

Para atuar nesse quadro, o Pólis planejou o *Observatório dos Direitos do Cidadão*: um projeto focado na avaliação, produção e disseminação de informações sobre as políticas públicas na cidade com o objetivo de subsidiar a ação dos movimentos sociais que atuavam nas várias frentes de interlocução com o poder público municipal.

O plano inicial do Observatório era o monitoramento das políticas públicas nas áreas de habitação, saúde e orçamento participativo, frentes que o Pólis acompanhava. Pouco tempo depois, já em 2001, uma parceria com o Instituto de Estudos Especiais da PUC (IEE-PUC) ampliou esse escopo. O IEE mantinha uma interlocução com os movimentos atuantes nos fóruns de assistência social, da criança e adolescente e no movimento pela educação, e o Observatório passou a monitorar também as políticas públicas dessas frentes.

O Pólis e o IEE coordenaram o Observatório por cerca de dez anos – experiência que contou com o apoio da Fundação Ford. Essa articulação entre ONG, universidade e movimentos sociais resultou num rico aprendizado para todos e num processo de construção coletiva de conhecimentos importantes para subsidiar a intervenção desses representantes da sociedade civil organizada na formulação e no controle das políticas no município de São Paulo.

DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS

Ainda em sua fase inicial, para aprofundar a interlocução com os movimentos sociais, foi constituído um Colegiado de Gestão do Observatório, composto por dois representantes da coordenação de cada movimento social e fóruns que intervinham no campo das políticas sociais monitoradas pelo projeto. Participavam a Central de Movimentos Populares, a União dos Movimentos de Moradia, a União dos Movimentos Populares de Saúde, o Fórum da Assistência Social e o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, além do Pólis e do IEE.

O Colegiado de Gestão do Observatório agilizou a interlocução entre os movimentos e as entidades da sociedade civil e se transformou numa instância estratégica para o projeto, como um espaço de rica discussão sobre a atuação desses atores coletivos nas suas lutas em defesa de direitos de cidadania e nas decisões sobre os temas de estudo e avaliação das políticas sociais da cidade. Mais do que isso, garantiu um vínculo orgânico entre as informações e análises produzidas e as demandas de qualificação técnica e política dos sujeitos coletivos que interagem na arena pública de São Paulo.

Com uma rotina de reuniões mensais, essa instância foi ganhando densidade política e criando laços de confiança entre atores de universos diferentes, mas igualmente comprometidos com a defesa dos direitos.

“Discutíamos a agenda da cidade, trocávamos informações, analisávamos as pautas dos estudos que seriam feitos, definindo o que era importante focar. Nesse processo, destaco a valiosa participação de Rosangela Paz, do IEE, que compartilhou comigo a coordenação do projeto”, comenta Anna Luiza Salles Souto, coordenadora do Observatório pelo Pólis. Foi realizado um estudo por área a cada ano, sempre em diálogo com o movimento. Dependendo do tema, contratava-se um especialista.

O Colegiado do Observatório partia do princípio de que nem sempre disseminar informações é suficiente. Para que elas sejam de fato apropriadas e orientem a

ação política, é importante desenvolver processos de formação e de capacitação. Por isso, o Observatório promovia cursos de capacitação em parceria com a Escola de Cidadania, oficinas de discussão, envolvendo militantes e outras lideranças dos movimentos, seminários abertos para a difusão e o debate dos conteúdos dos estudos.

Os estudos produzidos pelo Observatório eram publicados e distribuídos para os movimentos e fóruns integrantes do Colegiado, para os conselhos municipais das políticas monitoradas, pesquisadores e demais interessados. Eles também eram o material didático básico dos cursos de formação.

“Fizemos quarenta estudos sobre as políticas públicas na cidade de São Paulo, seis por ano, um para cada política monitorada pelo Observatório. Publicamos um caderno para cada estudo – e cada política tinha uma cor. Assim ficava fácil identificar as séries. Tentando contrabalançar a setorização do movimento e contribuir para uma articulação intersetorial, começamos a fazer também alguns cadernos com temas transversais”, lembra Anna Luiza.

O financiamento da Fundação Ford para o Observatório estendeu-se até 2009. O projeto seguinte apoiado pela Ford, realizado pelo Pólis em parceria com o Inesc e o Ipea, teve como foco a democracia participativa: uma análise de instâncias de participação e da utopia que mobilizou os atores na construção da democracia participativa.

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

A temática da participação também foi o fio condutor que levou o Pólis a abrir um novo campo de investigação e intervenção, o da juventude. Embora a instituição já houvesse realizado um estudo sobre juventude e mercado de trabalho no final dos anos 1990, com o apoio do Unicef, esta não era ainda uma de suas *expertises*.

Em 2005, numa parceria com o Ibase, do Rio de Janeiro, o Pólis assumiu a coordenação adjunta da pesquisa *Juventude e Democracia – Participação, Esferas e Políticas Públicas*, com o apoio do IDRC.

Combinando pesquisa quantitativa e qualitativa, e utilizando uma nova metodologia, a dos grupos de diálogo, desenvolvida pela equipe canadense, o estudo traçou um perfil dos jovens brasileiros, captando práticas e tendências do engajamento juvenil em atividades sociais, culturais e políticas.

“Trabalhamos com três ‘cenários’ como estímulo para os diálogos: a participação em trabalho voluntário, um pouco na linha do ‘eu participo e faço a diferença’; a participação em instâncias de caráter mais político, em partidos e organizações; e a participação via grupos culturais, com forte identidade juvenil”, comenta Anna Luiza Salles Souto, que já coordenava o Observatório dos Direitos do Cidadão e assumiu a coordenação desse estudo sobre juventude pelo Pólis.

A pesquisa foi realizada em sete regiões metropolitanas e no Distrito Federal, por meio de uma rede de parceiros locais, num momento de grande efervescência. O governo Lula havia criado a Secretaria Nacional de Juventude e, em 2004, instituíra o Conselho Nacional de Juventude e lançara o Pró-Jovem, um programa de estímulo à participação e promoção de oportunidades para os jovens.

Os resultados da pesquisa Ibase-Pólis foram surpreendentes, pois trafegavam na contramão do senso comum, que associava juventude com individualismo e apatia política. “A pesquisa mostrou que a juventude não é apática nem individualista. Embora os jovens não confiem nos políticos, acreditam na política com P maiúsculo e querem participar da construção de um Brasil melhor”, comenta Anna Luiza. A repercussão desses resultados foi muito grande, gerando boas polêmicas. Os meios de comunicação debateram o tema por meses, retomando-o de várias formas, com impacto nos meios políticos. Os resultados foram publicados no Brasil e no Canadá e sintetizados em um livreto para distribuir aos candidatos a deputados, à época.

A mesma metodologia foi aplicada em pesquisa semelhante no Canadá. As equipes brasileira e canadense reuniram-se em um seminário em Ottawa para apresentar seus resultados, para qual também foram convidados jovens que in-

tegraram os grupos de diálogos – uma jovem do Rio de Janeiro e um jovem do Canadá.

JUVENTUDES SUL-AMERICANAS

O conhecimento gerado pela pesquisa, seu impacto e influência na agenda pública levou o IDRC a apoiar um segundo projeto, ampliando o olhar para a juventude sul-americana. O estudo foi realizado na Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, por uma rede de organizações locais, organizada pelo Ibase e pelo Pólis, que também coordenaria a pesquisa no Brasil.

Pilotar uma pesquisa em rede, em seis países, envolvendo várias fases e diferentes dinâmicas e produzir uma rica radiografia da juventude sul-americana foi um grande aprendizado. Cada fase da pesquisa gerou publicações específicas em português e em espanhol.

“Trabalhamos com coletivos juvenis, suas demandas e expressões no espaço público”, comenta Anna Luiza. Numa primeira fase, a pesquisa envolveu a análise de situações-tipo. No Brasil, por exemplo, entrou na pauta a Revolta do Buzu, movimento de jovens de Salvador contra o aumento da tarifa dos transportes, que parou a cidade por vinte dias, em 2004. Envolveu situações vividas por jovens em diferentes contextos: cortadores de cana que migram do Nordeste para trabalhar nas usinas do interior de São Paulo; os que trabalham em telemarketing, um típico primeiro emprego urbano; os que participaram do acampamento internacional da juventude do Fórum Social Mundial; os militantes do *software* livre; o hip-hop em Caruaru (PE), entre muitos outros. Estudos de situações-tipo também foram efetivados nos outros países. Na fase seguinte, foram trabalhados grupos focais – no Brasil entraram jovens do MST, feministas, entre outros.

Na sequência foi realizada uma pesquisa quantitativa, aplicada pelo Ibope-Inteligência, com 14 mil entrevistas divididas pelos seis países – no Brasil foram apli-

cados 3 mil questionários –, ouvindo jovens e adultos sobre questões relacionadas à juventude. Por fim, houve uma pesquisa qualitativa, com grupos de diálogos por países, seguidos de um grupo de diálogo regional – sempre envolvendo segmentos juvenis de estratos e situações muito diferentes. O do Brasil incluiu jovens da CUT, de um grupo mineiro de defesa da diversidade sexual, feministas, negros, MST, Pastoral da Juventude, representantes de jovens evangélicos. Eram as diferenças dialogando entre si.

Para Anna Luiza, esses estudos foram importantes principalmente por dar visibilidade às questões da juventude na chave dos direitos, e não na chave do problema, como geralmente são colocadas – o que ocorre sempre que se associa juventude com drogas, violência, gravidez precoce etc. Em função desse acúmulo de conhecimento, o Pólis e o Ibase foram eleitos em 2010 para o Conselho Nacional da Juventude, na cadeira Entidades de Apoio à Pesquisa.

CIDADANIA CULTURAL

O Pólis construiu uma identidade própria na área de Cultura, que remonta às suas origens. As novas administrações democráticas eleitas no pós-Constituinte, além de suas práticas de gestão inovadoras, formulam conceitos inovadores, que abrem novos campos de defesa de direitos, de propostas de políticas públicas e de ação política. Em São Paulo, por exemplo, a secretária de Cultura na gestão Luiza Erudina, a filósofa Marilena Chauí, lançou o conceito de cidadania cultural, ideia que serviria de lastro para projetos da Prefeitura de incentivo à produção cultural e para criar mecanismos democráticos de participação e acesso à cultura. Essa visão da cultura como essencial para o exercício da cidadania e como direito básico inalienável que alicerçava as políticas públicas representava uma mudança de paradigma.

O Pólis abraçou esse conceito, alinhando-o a uma visão abrangente de cultura, entendida na sua dimensão antropológica, com significados e valores engendra-

dos pelos sujeitos na produção de seu cotidiano, inserindo aí a especificidade dos fazeres e saberes na cidade.

Como diz o jornalista Altair Moreira, “apostávamos na democracia cultural, e não na chamada ‘democratização da cultura’. Para nós, até hoje, a construção da cidadania cultural está associada ao desenvolvimento humano nas cidades, ao fortalecimento dos processos criativos e à democratização do acesso e da participação nas decisões sobre o fazer cultural. Trabalhávamos pelo fortalecimento das culturas locais, tanto as tradicionais quanto as contemporâneas, e começamos a promover um discurso diferente e até então inédito, sobre a importância de definirmos políticas públicas de cultura, e não apenas políticas culturais”.

Ainda na gestão de Luiza Erundina na Prefeitura paulistana, o Pólis começou a traduzir essas ideias em práticas. Desenvolveu e coordenou o projeto Leitor Infinito – Formação de Mediadores de Leitura, articulando três grandes universidades – PUC-SP, USP e Unicamp. Voltado à formação de mediadores e de trabalhadores de bibliotecas de todo o município, o curso reuniu cerca de mil participantes e foi o primeiro desse tipo realizado em São Paulo.

As discussões e inquietações geradas por esse novo jeito de pensar a cultura na administração pública, experimentado não apenas em São Paulo, mas também em cidades como Santo André, São Bernardo do Campo (SP), Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG) encontraram pleno abrigo no Pólis e deram origem a seminários, debates e colóquios. Elas também estiveram presentes em várias publicações da instituição, tanto nas específicas, quanto no *Dicas*, a partir de 1993, boletim com propostas e experiências de gestão dirigido às equipes das prefeituras de todo o país.

As inovações promovidas pelas administrações populares na gestão da cultura foram tema de investigação no Pólis, que explicitou tanto as angústias quanto as soluções criativas encontradas pelos gestores ao trabalharem a dimensão cultural de uma nova perspectiva. Esse esforço foi registrado na publicação *Experiências de gestão cultural democrática* (Publicações Pólis n.12, 1993).

“Fica evidente que existia uma reverberação cultural nos municípios e uma necessidade de ampliar esse debate”, analisa Hamilton Faria. O Pólis captou essa demanda na revista *Projeto cultural para um governo sustentável* (Publicações Pólis n.17, 1994), que defende a necessidade de articular esses debates locais em um grande fórum nacional. O título da revista também expressa um entre tantos conceitos inéditos elaborados pela equipe de Cultura do Pólis, numa época em que ainda não se falava em sustentabilidade e muito menos na ligação entre esta e a cultura.

FÓRUM INTERMUNICIPAL DE CULTURA (FIC)

As articulações e espaços de debate na cultura eram muito limitados. Existia até então um fórum de gestores e dirigentes culturais que se reunia eventualmente, sem repercussão nos municípios. Em 1995, o Pólis começou a articular um fórum mais amplo. Para atender a essa demanda, encontrou como parceiro a Secretaria da Cultura de Belo Horizonte. “A ideia era reunir tanto gestores públicos quanto entidades civis, grupos, movimentos, instituições, fundações culturais. O nosso eixo era fazer o debate de políticas públicas no campo da cultura junto com a sociedade.” comenta Valmir de Souza, pesquisador do Pólis na área de Cultura e que exerceu a secretaria executiva do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

“Organizamos um grande evento, o 1º Encontro Intermunicipal de Cultura (EIC), com o tema Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano, que reuniu 900 participantes, de 26 estados”, conta Hamilton. Esse encontro foi o ato fundador do FIC. As mesas de debate contaram com a participação de nomes de grande representatividade social e cultural, como o geógrafo Aziz Ab’Saber e a senadora Marina Silva, representantes do Ministério da Cultura e da Unesco, entre outras personalidades.



Encontro Intermunicipal de Cultura,
em Belo Horizonte, 1995.

O FIC manteve-se por nove anos, de 1995 a 2004, independente dos partidos, com representação em 27 estados, que se reunia com frequência, e secretaria executiva do Pólis ao longo de sua trajetória. O FIC organizou mais dois grandes encontros intermunicipais de cultura. O 2º EIC foi realizado em 1996, em Vitória (ES), com o tema “Direitos Culturais e Direitos Humanos” e lançou a *Carta de Vitória* (*Cartas da Cultura*, Cadernos Pólis 7), documento que se tornou referência para a elaboração de políticas públicas de cultura em âmbito municipal. O 3º EIC, realizado em 1997, em Brasília, com o tema “Globalização e Diversidade Cultural – To Be or Not Tupy”, com a participação de 1.200 pessoas, enfrentou o tema do impacto da globalização sobre a cultura local e afirmou a diversidade cultural como caminho para uma globalização multicultural.

Para Hamilton Faria, “o FIC foi a única organização cultural nacional de referência atendida nos temas e dilemas contemporâneos”. Tornou-se um espaço de valorização de identidades culturais locais, de afirmação do paradigma

pluralista de cultura que vinha se estabelecendo nas administrações com gestão mais democrática, de debates sobre as políticas locais de cultura e de intercâmbio de experiências entre as comunidades. “Produzíamos documentos, dicas, manifestos, encontros locais, caravanas pelo país, debates públicos em que fortalecíamos iniciativas da sociedade. O Fórum era um grande manancial de projetos e ideias para a vivência e prática de uma cultura participativa e cidadã”, comenta Hamilton.

A prática do Pólis estava na contramão das tendências então dominantes no mercado, daqueles que propugnavam a cultura como “um bom negócio”, lema da gestão do sociólogo Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Desde os anos 1990, as leis de incentivo fiscais, como a Lei Rouanet e outras leis locais, como a Lei Mendonça, em São Paulo, buscavam auferir recursos para a cultura na iniciativa privada. “Essas iniciativas despertavam a atenção dos agentes culturais, artistas e produtores, que, vivendo por anos na pindaíba, iludiam-se com esse chamariz”, comenta Hamilton. O Pólis resistiu a esse conceito, reafirmando sua perspectiva de cultura como construção da cidadania e do desenvolvimento humano.

CONEXÕES LOCAL-GLOBAL

No final dos anos 1990, o Pólis engajou-se na articulação internacional Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário e, em 1997, em parceria com o Sesc São Paulo, organizou o Encontro Internacional da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, com a participação de dezenas de entidades do Brasil – direitos humanos, mulheres, negros, artistas, ecologistas – e representantes de 61 países. Nesse evento, surgiu a proposta de articulação de uma rede de artistas e a realização do encontro Desenvolver-se com Arte, com o objetivo de dar visibilidade às iniciativas bem-sucedidas de articulação no mundo das artes espalhadas pelo país. Essas experiências foram sistematizadas na publicação *Desenvolver-se*

com arte, editada pelo Pólis (Publicações Pólis n.33, 1999).

Sempre com uma agenda intensa, a equipe de Cultura do Pólis no ano 2000 participou do Fórum de Cultura do Tocantins, em Palmas, e na elaboração da *Carta de Responsabilidades Humanas da Aliança por um Mundo Plural, Responsável e Solidário*, bem como do Seminário Nacional Políticas Culturais e Eleições.

Em 2001, o Pólis articulou o encontro mundial Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário, *que* lançou a *Carta de Responsabilidades do Artista*, documento que alicerça a criação da Rede de Artistas, publicado em quatro idiomas e em circulação em mais de oitenta países.

Como desdobramento dessas articulações foi criado o Fórum Eletrônico de Arte e Cultura, centrado no debate sobre o papel social da arte, a globalização e a articulação entre o local e o global. “Foram dois meses de trocas intensas por meio do fórum eletrônico, uma experiência ímpar da qual participaram pessoas e entidades de doze países”, comenta Hamilton.

Paralelamente a esse processo, o Pólis organizou o Encontro Nacional de Cultura, em São Paulo, com o tema “Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo”. Nessa época, o Instituto deu início à série Cadernos de Proposições para o Século XXI, com os títulos *Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário* (n.1, 2002); *Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização* (n.2, 2002) e *Educação ambiental: seis proposições para agirmos como cidadãos* (n.3, 2003).

Com a volta do PT à Prefeitura de São Paulo, em 2001, algumas propostas de participação foram retomadas, como a do Conselho Municipal de Cultura, no qual o Pólis foi eleito representante da sociedade civil, ao mesmo tempo que contribuiu para a formulação da lei que instituiu os Conselhos Municipais de Cultura de Paz em São Paulo e Itapeverica da Serra (SP). Em 2004, foi um dos organizadores e participou da direção dos trabalhos da 1ª Conferência Municipal de Cultura de São Paulo.

LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

A multiplicação de atores no campo cultural estimulou a criação, no âmbito do Fórum Intermunicipal de Cultura, dos Laboratórios de Desenvolvimento Cultural, um em São Paulo e outro em Itapeverica da Serra. Trata-se de espaços de socialização das dinâmicas culturais, de reflexão sobre políticas públicas de cultura e de elaboração coletiva de proposições. Seu primeiro foco de discussão foi a democracia participativa.

Em Itapeverica da Serra, o Laboratório fortaleceu os Barracões Culturais de Cidadania, projeto premiado pelo Itaú e pela Fundação Getulio Vargas. Uma parceria com a Natura viabilizou um trabalho de formação, uma pesquisa qualitativa e a construção de indicadores culturais entre os jovens que participavam das atividades dos barracões. Desenvolveu também propostas de formação em cultura de paz. O projeto liderado pelo educador Sebastião Soares, secretário de cultura, tornou-se uma referência para políticas públicas e culturais em todo o Brasil.

O Laboratório de São Paulo deu origem a vários grupos e atividades, entre elas o Cineclubes Pólis, que, inaugurado em março de 2006, trouxe para o espaço do Instituto jovens de 19 a 20 anos que não costumavam circular pela área central da cidade, oriundos de bairros mais distantes. Filiado à Federação Paulista de Cineclubes e ao Conselho Nacional de Cineclubes, o Cineclubes Pólis realizou sessões de filmes de produções nacionais e internacionais in(ter)dependentes, em geral ausentes dos grandes circuitos comerciais. Em 2010, o Cineclubes Pólis venceu o processo de seleção do Ministério da Cultura e passou a ser Ponto de Mídia Livre. Abriu-se, então, outra frente, o Pólis Digital, que se propõe desenvolver e acompanhar a construção de políticas públicas para iniciativas de comunicação livre e compartilhada.

Outro desdobramento do Laboratório foi a publicação de *Você quer um bom conselho?* (Publicações Pólis n. 48, 2005), que promove um balanço dos Conselhos de Cultura, apontando seus impasses, desafios e o lugar que ocupam na vida cultural das cidades – é a primeira publicação a tratar da participação em conselhos de cultura.

Também tem sua origem nesse caldo cultural o livro *Jovens da Cidade Tiradentes: de onde ecoam suas vozes*, sobre as condições de vida, a dinâmica cultural e os direitos dos jovens moradores da Cidade Tiradentes, bairro da zona leste da capital paulista. Esse retrato é o resultado de uma longa pesquisa qualitativa pautada no método de ausculta sociocultural, realizada em parceria com o Centro Cultural da Espanha. “Por três anos gravamos entrevistas e depoimentos da juventude daquela região e, junto com eles, fomos mapeando as manifestações culturais do território”, comenta Hamilton. O livro, assinado pelos jovens participantes, traz o mapa das atividades culturais locais e ajudou a consolidar a rede de artistas da Cidade Tiradentes.

Depois disso, o Instituto aprofundou a metodologia de ausculta e mapeamento das expressões culturais com o Projeto Santo Amaro em Rede, realizado em parceria com o Sesc Santo Amaro, que identificou 323 experiências culturais da zona sul da capital paulista, sistematizadas no livro *Santo Amaro em rede: cultura de convivência* (Pólis e Sesc, 2011) e no site interativo Santo Amaro em Rede.

PONTOS DE CULTURA

A discussão sobre o conceito de cidadania cultural foi retomada em âmbito nacional com a eleição de Lula para a Presidência da República, em 2003, e a posse de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, que deflagrou vários projetos com esse embasamento. Uma das primeiras ações do Ministério da Cultura sob o comando de Gilberto Gil foi um seminário sobre políticas públicas para culturas populares, iniciativa da Secretaria da Diversidade Cultural. O Pólis coordenou esse processo que reuniu o Fórum Permanente das Culturas Populares de São Paulo, o Fórum das Culturas Populares, Indígenas e Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro, a Secretaria da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e o Sesc, na realização do Seminário das Culturas Populares. O evento definiu as linhas mestras das políticas públicas e da atuação do Ministério da Cultura para esse segmento.



Diálogos do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, São Paulo, 2009.

CULTURA DE PAZ

O conceito de cultura de paz começou a tomar corpo na virada do século, no ano 2000, definido pela Unesco como Ano da Cultura de Paz: a organização lançou um manifesto elaborado por personalidades agraciadas com o Prêmio Nobel, com um chamamento aos povos do planeta para se engajarem na difusão de uma cultura de paz e não violência. Cultura de paz é entendida como o respeito à vida e a rejeição à violência e como um chamamento à generosidade, ao diálogo, à preservação do planeta e à solidariedade.

Em 2001, quando movimentos sociais de todas as partes do mundo convergiram para a cidade de Porto Alegre no 1º Fórum Social Mundial, formando redes de alcance planetário, a cultura de paz encontrou terreno fértil para se desenvolver.

O Pólis vivenciou os Fóruns como instâncias privilegiadas para disseminar esse conceito, discutir e amadurecer propostas de gestão da cultura, o papel da arte e da cultura no desenvolvimento local.

A discussão sobre cultura de paz foi se mesclando com o processo de criação dos Pontos de Cultura, deflagrada em 2004 pelo Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Os Pontos de Cultura são instituições reconhecidas por suas ações socioculturais que os transformam em polos de articulação das atividades do Programa Cultura Viva. É o caso do Pólis, que se tornou um Pontão de Convivência de Cultura de Paz, cuja missão é articular outros Pontos de Cultura e aproximar redes de cultura de paz, produzir ideias e formar as pessoas para atuar nos novos cenários da cidade, além de transformar ações de paz em políticas públicas transversais.

MEIO AMBIENTE URBANO E RESÍDUOS SÓLIDOS

O tema da sustentabilidade entrou definitivamente na agenda das organizações políticas brasileiras no início dos anos 1990, quando se realizou a 2ª Conferência da ONU para o Meio Ambiente, a Rio-92. Com a participação de representações oficiais de 110 países e milhares de ativistas de todas as partes do mundo, a Conferência amplificou os debates sobre a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável em escala planetária.

“Por iniciativa do Pólis, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana propôs ao comitê internacional de organização da Rio-92 abrir espaço para a discussão das questões ambientais urbanas e a sustentabilidade das cidades, o que foi aceito”, comenta Elisabeth Grimberg, socióloga, sócia fundadora, várias vezes diretora do Instituto, atualmente sua coordenadora executiva e responsável pela área de Resíduos Sólidos.

O Pólis vinha trabalhando na interseção das questões urbanas e ambientais desde o início dos anos 1990. “Em São Paulo, a gestão da prefeita Luiza Erundina já favorecia as discussões em torno dos problemas ambientais, como a utilização de

gás natural, o reaproveitamento de áreas verdes e a coleta seletiva de resíduos sólidos, e nós começávamos a sistematizar e acumular conhecimentos nesse terreno”, comenta Elisabeth.

Durante a Rio-92, o Instituto distribuiu a publicação *Ambiente urbano e qualidade de vida* (Revista Pólis, n.3, 1991), que consolida os resultados de pesquisa realizada com o apoio da agência alemã EZE/PPM com base em um extenso mapeamento e em entrevistas com lideranças dos diversos movimentos surgidos em torno de questões ambientais – poluição do ar, da água e do solo, saneamento e preservação das bacias hidrográficas que abastecem São Paulo. A publicação apresenta, também, uma síntese dos conteúdos discutidos em um seminário sobre esses temas, bem como propostas para intervenções em diversas frentes.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 1993, o Pólis integrou a coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, espaço que articulava organizações de ativistas de diversas frentes de defesa e conservação ambiental. Nessa época, começaram a despontar também as questões relativas aos resíduos sólidos urbanos e à coleta seletiva, aspectos do saneamento básico até então pouco trabalhados.

O Instituto atuou nos diferentes aspectos envolvidos nessas questões, como as iniciativas de gestão de resíduos e as organizações de catadores. Em 1994, participou de encontros internacionais sobre o tema, como a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável para a Comunidade, promovida pelo Institute for Environment and Development (IED), na Sussex University, em Brighton, Inglaterra; do Seminário Internacional sobre Implementação e Avaliação de Projetos de Hábitat e Saúde, promovido pelo Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo (IIED América Latina); da exposição *Experiência do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* e do processo

preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Hábitat II, em Buenos Aires, Argentina.

ALTERNATIVAS INCLUSIVAS

O Pólis investe em estudos visando à construção de alternativas inclusivas para o ciclo de geração e destinação de resíduos sólidos urbanos e publica seus resultados com propostas para a população. Em 1998, lançou nova publicação sobre o tema: *Coleta seletiva de lixo, reciclando materiais e reciclando valores* (Revista Pólis n.31), que reúne experiências municipais e de iniciativa da sociedade civil de coleta seletiva. “Procuramos também dar visibilidade para os catadores de materiais recicláveis, trabalhadores que cumprem um papel fundamental no sistema de gestão de resíduos sólidos, mas não são reconhecidos”, comenta Elisabeth.

Foi com esse conhecimento e experiência acumulados que, em 1999, o Pólis participou do seminário Lixo e Cidadania, promovido pelo Unicef, em Brasília, que reuniu gestores municipais, ONGs, institutos de pesquisa e representantes da sociedade civil preocupados com a presença de crianças e suas famílias sobrevivendo de forma indigna nos lixões brasileiros.

Articulou-se a partir desse seminário a campanha nacional Criança no Lixo Nunca Mais, com grande repercussão. A publicação *Coleta seletiva de lixo, reciclando materiais e reciclando valores* tornou-se um marco dessa campanha e um dos instrumentos de sua divulgação, bem como um material de referência para gestores municipais e movimentos sociais.

Indicado pelo Unicef, o Pólis desenvolveu entre 1998 e 2000, em parceria com a Prefeitura de São Bernardo do Campo, um projeto-piloto buscando soluções inclusivas para o fechamento do lixão do município, um dos maiores da América Latina, o que implicava criar alternativas para a inserção socioeconômica das famílias que viviam e sobreviviam do lixão.

A construção de alternativas buscou um novo olhar sobre os resíduos e seu

aproveitamento, e também sobre a organização dos catadores, seu reconhecimento profissional e recuperação de sua autoestima. O Pólis contribuiu com a Prefeitura na formulação de propostas e na busca de parcerias, bem como na construção de um grupo de trabalho integrando doze secretarias municipais, articulando gestores públicos, parceiros locais e instituições apoiadoras, tais como Unicef, Fundação Friedrich Ebert (FES), Novib e IDRC.

Como parte do projeto, o Pólis promoveu intervenções concretas na sociedade civil, buscando a recuperação da autoestima e o reconhecimento social das famílias de catadores, bem como a ação de sensibilização de professores que trabalhavam com crianças oriundas dos lixões, envolvendo as mães. Atuou também no terreno técnico, mas de grande impacto político, com a defesa e divulgação do modelo de coleta, destinação e tratamento dos resíduos urbanos, que prevê a separação de resíduos orgânicos e resíduos recicláveis secos: os orgânicos devem seguir para a compostagem e os secos, para a reciclagem. Esse modelo e metodologia batem de frente com a lógica e a visão dominantes de destinação de resíduos para aterros sanitários.

A intervenção do Pólis em São Bernardo contribuiu para a criação de duas associações de catadores de materiais recicláveis. Na época, as organizações de catadores começavam a surgir em vários centros urbanos e, em 1999, foi realizado o 1º Encontro de Catadores de Papel, um marco do processo de formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Contribuiu também para equacionar a questão dos resíduos nos grandes centros urbanos e o que fazer com as pessoas que vivem nos lixões ou são catadores avulsos, formulando diretrizes socialmente sustentáveis para a presença de pessoas em lixões. Essas diretrizes foram incorporadas na Lei n.12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada e regulamentada em 2010.

A experiência de São Bernardo também foi registrada no artigo “Programa Lixo e Cidadania – São Bernardo do Campo”, publicado em *Segurança alimentar e nutricional – A Contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais*

(International Finance Corporation, Instituto Ethos e Instituto Pólis, 2003). Aspectos dessa experiência também foram apresentados no Seminário Internacional sobre Trajetos de Gênero, realizado em Ilo, no Peru, pela Novib.

Os acúmulos gerados por essa experiência levaram o Pólis a articular junto a outros atores da sociedade civil, a criação do Fórum Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo, instituído em 2000, contribuindo significativamente para a formulação de políticas públicas sustentáveis nessa área.

FÓRUM LIXO E CIDADANIA



Ato pelo compromisso dos candidatos à Prefeitura de São Paulo com a integração dos catadores na coleta seletiva, 2004.

A *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*, realizada pelo IBGE em 2000, apontou que 47,1% do lixo gerado nos domicílios brasileiros são descartados em aterros sanitários sem nenhum tipo de tratamento ou reaproveitamento de materiais. A informação repercutiu na sociedade e alimentou o debate sobre a importância da educação ambiental e de políticas públicas para a redução e destinação correta dos

resíduos, incluindo a reciclagem. Esses temas faziam parte da pauta do Fórum Lixo e Cidadania em São Paulo, articulação na qual o Pólis teve papel definidor.

Lançado no ano 2000 em evento realizado com apoio da Fundação Friedrich Ebert, envolvendo organizações da sociedade civil e sindicatos de trabalhadores, o Fórum deu grande visibilidade aos trabalhadores do setor, que começavam a se organizar nacionalmente.

Além de apoiar o movimento em seus processos organizativos, a grande contribuição do Pólis foi a concepção de um sistema público de reaproveitamento de resíduos com inclusão dos catadores. O Pólis apresentou os catadores como profissionais autônomos, que realizam um trabalho ambiental de grande valia para a cidade, e advogou o investimento público ou dos geradores dos resíduos na infraestrutura necessária para a sustentabilidade de sua intervenção. Essa trajetória foi sistematizada na obra *Coleta seletiva com inclusão dos catadores: Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo, experiências e desafios* (Publicações Pólis n.49, 2007), realizada com apoio da Avina.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Com essas premissas, o Pólis engajou-se no debate de uma política nacional para o setor – debate que teve início no Fórum Social Mundial, no começo dos anos 2000, e que, aos poucos, foi conquistando espaço na agenda política nacional. Esse processo culminou com a conquista do marco regulatório para a área, a Lei n.12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A nova lei define a responsabilidade compartilhada sobre a gestão dos resíduos, atribuindo aos geradores – fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes – a obrigação de assumir os custos da coleta seletiva dos resíduos domiciliares e de resíduos especiais, assim como os da remuneração das associações e cooperativas de catadores participantes do processo. As administrações públicas devem elaborar e coordenar o Plano Municipal de Gestão

Integrada de Resíduos Sólidos, instrumento previsto na PNRS, e se ocupar da gestão dos resíduos orgânicos, mas deixam de ser responsáveis pela gestão de resíduos secos.

“O grande desafio é o empresariado assumir a logística reversa”, avalia a socióloga Elisabeth Grimberg. “Quando o tema entra em debate, uma das propostas recorrentes é a implantação de incineradores, o que é ruim de todos os pontos de vista: do ambiental, porque polui o meio ambiente; do econômico, porque é queimar matérias-primas que podem ser reutilizadas; e do social, porque é uma proposta poupadora de mão de obra”, afirma. Nos projetos de incineração, os custos recaem sobre o poder público e a indústria geradora de resíduos exime-se de qualquer ônus.

No contexto da luta contra a tecnologia de incineração, o Pólis passou a integrar a rede internacional Gaia – Alternativas à Incineração, durante encontro promovido em Cuernavaca, no México, em 2008. Em 2008, o Instituto tomou a iniciativa de promover, junto com outras instituições, a criação da Coalizão Nacional contra Incineração de Lixo, que vem lutando até hoje contra a instalação de incineradores no país, em especial em São Paulo.

Para Elisabeth, a opção sustentável para a questão dos resíduos é formar polos de reciclagem operados por cooperativas de catadores e redirecionar as matérias-primas coletadas para o reaproveitamento em novos produtos. Essa solução resolve a questão do ponto de vista ambiental, econômico e também social, pois gera emprego e renda. Além disso, direciona os custos para os responsáveis pela geração dos resíduos. Existe ainda a possibilidade de consorciamento entre municípios para a adoção de soluções para tratamento de cerca de 60% dos resíduos domiciliares, que são orgânicos, sob forma de biodigestão e compostagem, o que traz benefícios como a produção de composto orgânico, que, sendo de boa qualidade, pode ser usado para enriquecimento da terra, na agricultura, em áreas de parques, jardins, entre outros locais.

O grande avanço da Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo a socióloga, é justamente responsabilizar os geradores de resíduos pela coleta domiciliar. Já havia uma resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), reafirmada pela lei atual, que responsabilizava os geradores de pilhas, baterias, pneus, agrotóxicos e óleos lubrificantes pela coleta e destinação correta de suas embalagens. O momento, portanto, é de cobrar para que realmente façam essa coleta, agora envolvendo também resíduos eletroeletrônicos, lâmpadas, além dos resíduos recicláveis domiciliares com seus próprios recursos, sem repassar os custos para os consumidores.

Com esses parâmetros, o Pólis participou da pesquisa *Gênero e Resíduos Sólidos em Cidades da América Latina*, coordenada pela ONG peruana Desco – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, apoiado pelo IDRC, entre 2009 e 2011. Coube ao Pólis desenvolver estudo na cidade de São Paulo, seguindo metodologia construída com os demais parceiros que participaram da pesquisa nas cidades de Cochabamba, Montevideu e Lima.

Na atualidade, a equipe Pólis da área vem atuando em municípios do litoral de São Paulo, integrados ao Projeto Litoral Sustentável. Desenvolve um projeto específico com a Prefeitura de Itanhaém para a construção de opções sustentáveis de tratamento de resíduos orgânicos, que contribuam para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa. Trabalha também para a aplicação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Itanhaém, projeto apoiado pela Latin American Regional Climate Initiative e que pode trazer novos subsídios na adoção da PNRS.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

O Pólis começou a atuar na área de segurança alimentar e nutricional (SAN) nos anos 1990, época em que o país despertava para o fato de que 32 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza.

Em 1993, como parte do Movimento pela Ética na Política e sob a liderança de Herbert de Souza, o Betinho, do Ibase, foi lançada a Campanha pela Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que mobilizou milhares de pessoas em todas as regiões do país, propiciando a formação de uma rede de arrecadação e distribuição de alimentos de alcance nacional, articulada em comitês locais e regionais. O Pólis participou dessa campanha, introduzindo no debate a questão sobre a qualidade dos alimentos, difundindo a metodologia de aproveitamento integral desenvolvida pela Pastoral da Criança, bem como o uso da farinha múltipla, um complemento nutricional feito à base de farelos, folhas e sementes – numa época em que as pessoas quase não falavam de alimentação integral. Essas propostas foram sintetizadas na publicação *Alternativas contra a fome: soluções nutritivas, baratas e regionais para combater a fome* (Pólis, edição especial, 1993).

Paralelamente, o Instituto elaborou seu primeiro projeto de segurança alimentar e nutricional, que obteve apoio do CCFD. “A proposta era usar a metodologia de aproveitamento integral dos alimentos numa escala mais ampla, de política pública”, comenta Christiane Costa, socióloga e mestre em Saúde Pública, que articulou a área de Segurança Alimentar e Nutricional do Pólis e coordena suas atividades. O projeto envolvia a realização de um estudo e a realização de um piloto junto ao Programa de Alimentação Escolar do município de Rio Branco (AC) e tinha o objetivo de sensibilizar gestores e comunidade para a adoção de alternativas alimentares regionais, com aproveitamento integral dos produtos locais, com vistas a uma alimentação rica, equilibrada e nutritiva. O projeto envolvia vários parceiros coordenados por um Comitê Gestor local, constituído por representantes da universidade, dos agricultores da comunidade Novo Ideal e dos técnicos das secretarias municipais envolvidas.

“Nosso trabalho incluía a valorização dos produtos da floresta. Propúnhamos, por exemplo, a utilização da farinha de castanha como complemento

nutricional na merenda escolar, bem como a farinha de pupunha, de banana verde, entre outros produtos da terra. Com isso contribuimos para a promoção da cultura alimentar local e de um caminho de desenvolvimento mais sustentável”, lembra Christiane.

Para compor a farinha múltipla, a equipe Pólis teve de sensibilizar um grupo de agricultores para fornecerem as folhas da mandioca. Embora de alto valor nutricional, em Rio Branco, como em quase todo o Brasil, o costume era consumir apenas o tubérculo e desprezar as folhas. “Só conseguimos a adesão dos demais agricultores à proposta quando a comunidade viu os primeiros fornecedores ganharem pela venda das folhas”, lembra Christiane. O projeto foi desenvolvido por três anos e trouxe aprendizados importantes a todos os envolvidos.

ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO

A proposta de aproveitar os recursos da terra e de processá-los lançou raízes na comunidade de agricultores Novo Ideal, parceira do projeto. Em 2011, na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Salvador, Christiane viu uma barraquinha do Acre vendendo farinha de banana Novo Ideal, marca criada à época, com o nome da comunidade. Os agricultores tinham mantido a proposta de fabricar farinhas para as misturas com produtos locais e, assim, diversificado suas fontes de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade da alimentação da comunidade.

FÓRUM DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ainda durante a realização do projeto em Rio Branco, o Pólis participou, pelo campo das ONGs, da Cúpula Mundial da Alimentação, realizada na Itália, em 1995. “Durante a Cúpula”, comenta Christiane, “chamou a atenção o fato de que vários países mais pobres do que o Brasil, particularmente alguns da América Latina, como Bolívia, Peru e Colômbia, já haviam elaborado e adotado suas políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional.”

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, o modelo de desenvolvimento adotado concentra a renda, degrada o ambiente, promove exclusão e não garante a grande parte da população o acesso a alimentos de qualidade. “A insegurança alimentar e nutricional possui diversas expressões em nosso país, tais como a obesidade, a anemia, a falta de acesso à água, à terra e às condições para plantar, o peso dos alimentos no orçamento familiar, a perda de hábitos alimentares regionais, a queda do consumo de arroz e feijão, frutas, verduras e legumes, o consumo crescente de açúcar, alimentos gordurosos, lanches no lugar de refeições”, enumera Christiane.

As cerca de cinquenta pessoas de diferentes organizações e movimentos sociais brasileiros presentes na Cúpula Mundial aproveitaram a mobilização para discutir a necessidade de uma política de segurança alimentar e nutricional para o Brasil. De volta ao país, formaram um grupo de trabalho com esse objetivo, que passou a articular um fórum de debates sobre a questão do direito humano à alimentação saudável e adequada. Em 1997, esse grupo conseguiu reunir no Brasil organizações da África e América Latina, criando o Fórum Global de Segurança Alimentar. No ano seguinte, promoveu um encontro nacional, reunindo cerca de setenta organizações, em que foi instituído o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN

Paralelamente a esse processo de articulação, e reconhecendo a gestão local como a instância político-administrativa mais eficaz para equacionar as questões de segurança alimentar e nutricional, o Pólis começou a elaborar um projeto de diretrizes para a formulação e adoção de políticas municipais de segurança alimentar e nutricional, projeto que obteve o financiamento da Christian Aid.

Coordenado por Christiane Costa e Renato Maluf, professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro e especialista no tema, o projeto trabalhava em quatro

eixos: produção, abastecimento, consumo e programas para públicos específicos. A metodologia procurava identificar, por meio de um conjunto de critérios, experiências significativas de segurança alimentar e nutricional realizadas em parceria entre o poder público e organizações da sociedade civil, em diferentes regiões do Brasil, que eram analisadas e comentadas por especialistas. O resultado foi publicado na revista *Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional* (Publicações Pólis n.38, 2001), que oferece um corpo de diretrizes e instrumentos para as prefeituras articularem e adotarem políticas municipais de segurança alimentar e nutricional e projetos em suas comunidades.

“Essa foi uma das publicações mais significativa do Pólis na área, pois ela sintetiza questões fundamentais para uma política de segurança alimentar e nutricional. Também ficamos surpresos com o grande número de experiências localizadas pela pesquisa, o que dava bases concretas para pensarmos em uma política municipal de segurança alimentar e nutricional”, analisa Christiane.

Com esse instrumental, o Pólis realizou assessorias para diversos municípios no país, contribuindo para a formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, e também muitos projetos específicos. Dedicou especial atenção às questões da alimentação infantil nas populações de baixa renda e à importância da capacitação das equipes das escolas, sistematizada na revista *Segurança alimentar e inclusão Social – A escola na promoção da saúde infantil* (n.42, 2002). Entre os projetos, vale destacar o piloto de criação de um Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS), estabelecido pelo Pólis em parceria com o Programa Mercosul Social e Solidário, na subprefeitura do Butantã, em São Paulo (SP). O Centro se tornou um polo irradiador de atividades e discussões sobre segurança alimentar e nutricional, com a participação de técnicos do poder público e de várias organizações da sociedade civil. A experiência contribuiu para a produção e a difusão de conhecimentos referentes às questões alimentares próprias da periferia de regiões metropolitanas.

FOME ZERO

Com a eleição de Lula para a Presidência da República, em 2003, o tema da alimentação ganhou centralidade na agenda política brasileira. A erradicação da fome passou a ser prioridade do governo, e o Programa Fome Zero, mundialmente reconhecido, abriu caminho para a construção de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional.

O Pólis pôs sua *expertise* à disposição do Programa Fome Zero, iniciativa que apresenta alto potencial de mobilização da população, de organizações da sociedade civil e de empresas em ações solidárias. Em parceria com o Instituto Ethos e o International Financial Corporation (IFC), o Pólis realizou um amplo projeto visando direcionar esse potencial, com foco nas empresas. O projeto envolvia uma pesquisa no semiárido brasileiro para identificar as demandas dos 1.126 municípios em relação à questão alimentar na região. Paralelamente, fez o mapeamento de iniciativas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local promovidas por prefeituras e entidades sociais, organizando um banco de dados com o registro de 3.350 iniciativas. Essas informações, publicadas no site www.fomezero.org.br, serviram de referência para o engajamento de empresas no programa, seja pela doação de bens e equipamentos para os projetos em cursos, seja pelo aporte de recursos financeiros. O trabalho demandou também a operação de um *call-center* e a produção de um boletim eletrônico. Algumas das iniciativas levantadas pela pesquisa foram publicadas em *Segurança alimentar e nutricional: A contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais*. (IFC, Instituto Ethos; Instituto Pólis. 2003).

Essa radiografia minuciosa das demandas da região Nordeste possibilitou conhecer diferentes aspectos envolvidos com a segurança alimentar e nutricional do semiárido brasileiro, servindo de subsídio para a elaboração de políticas públicas para atender essas necessidades, capacitar integrantes dos Conselhos Municipais de SAN da região, assessorar a ação dos Conselhos estaduais do Nordeste, bem como as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em 2004, o Pólis passou a integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), participação que se mantém até a atualidade. Nos anos seguintes, multiplicaram-se os estudos e projetos voltados para a construção de políticas de segurança alimentar e nutricional. Ainda em 2004, o Pólis participou do projeto Construção e Promoção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional: Aspectos Produtivos, de Consumo, Nutricional e de Políticas Públicas, conduzido pelo CNPQ. Em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da USP, realizou a pesquisa *Educação em Segurança Alimentar e Nutricional para Comunidades Urbanas e Periurbanas: Modelos Praticados e Validação de Estratégia*, que teve por objetivo construir conteúdos educativos adaptados à realidade local, desenvolvendo instrumentos de planejamento e avaliação de ações educativas em segurança alimentar e nutricional, levando em conta as características de acesso ao alimento em zona urbana e periurbana. No ano seguinte, realizou o *Mapeamento e Caracterização de Restaurantes Populares*, em municípios com população superior a 100 mil habitantes, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em São Paulo, junto com o Instituto Tecnológico de Cooperativas Populares da USP, implantou o projeto Desenvolvimento Local a partir da Economia Solidária e da Segurança Alimentar no Butantã.

POLÍTICA NACIONAL DE SAN

A segunda Conferência Nacional de SAN, realizada em Olinda (PE), em 2004 formulou um conceito abrangente de segurança alimentar e nutricional, levando em conta um conjunto de questões relacionadas à qualidade dos alimentos, à forma como são produzidos, ao preço, à vigilância sanitária, às doenças relacionadas à alimentação, à educação alimentar, às dificuldades de acesso, aos padrões de consumo e à cultura alimentar. Segurança alimentar e nutricional é definida como “o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras

necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

O amadurecimento dos debates em âmbito nacional levou o Governo Federal e o Consea a pautarem a criação de uma lei orgânica que estabelecesse um sistema e uma política nacional de segurança alimentar e nutricional. O Pólis participou intensamente do processo de debate e elaboração da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada em 2006, uma conquista e um marco expressivo do movimento desse conjunto de atores do qual o Pólis faz parte.

Para Christiane Costa, um dos aspectos importantes da nova legislação é a afirmação de que a alimentação é um direito humano. “A lei inova ao deslocar o debate sobre a fome da esfera da caridade para a esfera das políticas públicas e da defesa de um direito. Nossa Constituição não incluía o direito à alimentação entre os direitos sociais definidos no seu artigo 6º. Como é possível ter direito à saúde e à educação sem ter o direito à comida?”, pergunta-se Christiane.

“Essa é uma grande conquista, que resultou de um longo processo, que inclui a campanha e mobilização do país contra a fome, o movimento nacional pela segurança alimentar e nutricional, em especial o FBSSAN. O Brasil vem sendo reconhecido internacionalmente por isso. Estamos sendo procurados para exportar esse *know-how* de criação de um marco legal para a questão alimentar. Ainda estamos no início desse processo, vamos passar alguns anos extraíndo as consequências da conquista desse direito, que é relativamente recente e implica mudanças culturais bastante profundas”, avalia.

Nesse terreno da segurança alimentar e nutricional, destaca-se a importância crescente da temática da agricultura urbana e periurbana (AUP), que articula pautas das áreas do urbanismo, de resíduos sólidos, da questão agrária e da segurança alimentar e nutricional de forma bastante orgânica. O Pólis vem desenvolvendo uma frutífera interação com as demais organizações que tratam dessa temática por meio

da coordenação do Grupo de Trabalho em AUP do Consea, sob sua responsabilidade.

Nessa frente, o Pólis teve aprovado o projeto *Cidadania alimentar e agricultura urbana* do Centro de Referência de SAN do Butantã junto ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema). Participou das oficinas promovidas pela organização holandesa Reos Partners com o objetivo de articular um coletivo de AUP em São Paulo, além da troca de experiências com outras cidades participantes do projeto – Johannesburgo, Chanai, Detroit, Amsterdã, Londres. O Pólis também desenvolveu o módulo sobre agricultura urbana e periurbana do “Curso de Formação a Distância de Gestores Públicos de SAN” para 206 prefeituras do Rio Grande do Sul, promovido pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em 2007, iniciou a pesquisa *Subsídios para Implantação de Sistemas Descentralizados de SAN em Regiões Metropolitanas*, parte integrante de um acordo de cooperação técnica entre o MDS e a Food and Agriculture Organization (FAO). Realizada em quinze capitais das cinco regiões brasileiras, a pesquisa mapeou os potenciais e entraves para a adoção de sistemas descentralizados de SAN com base em um referencial metodológico comum, e contribuiu para o fortalecimento da articulação de atores governamentais e da sociedade civil em torno desse tema. As diretrizes e estratégias elaboradas no processo de pesquisa, sistematizadas na publicação de mesmo nome, permitiram nortear o MDS e os Conseas na efetiva realização de sistemas descentralizados de SAN em regiões metropolitanas. Os resultados foram lançados em 2009, em seminários promovidos pelo FBSSAN, o Consea e o Governo Federal com vistas a subsidiar a participação da sociedade civil no processo.

A área de SAN do Pólis continua atuando em múltiplas frentes: realiza pesquisas de campo, promove formação e capacitação de pessoas, presta assessoria a governos municipais, além de uma intensa inserção no debate público sobre o tema. Participa de diferentes instâncias de mobilização, como o Fórum Global de Segurança

Alimentar e Nutricional, o FBSSAN, os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O compromisso no fortalecimento dos fóruns, a atuação contínua no Consea, assim como a colaboração na formação de lideranças sociais, capacitando-as para uma participação mais qualificada nas arenas de negociações com o poder público, são algumas das diretrizes de atuação da área.

Nessa linha, nos últimos anos, o Pólis promoveu estudos e projetos para a capacitação de pessoas e de organizações ligadas aos sistemas municipais e regionais de segurança alimentar e nutricional, principalmente em regiões metropolitanas e, mais recentemente, nos municípios do litoral de São Paulo, no Projeto Litoral Sustentável, realizado em parceria com a Petrobras.

URBANISMO E DIREITO À CIDADE

A melhor expressão da militância pela via da institucionalidade, que garantiu ao Pólis um lugar específico na arena pública brasileira, é o longo processo de luta política e mobilização social que resultou na aprovação do Estatuto da Cidade, em julho de 2001.

O processo começou antes mesmo da fundação do Instituto, na pré-Constituinte, com a elaboração da proposta de um capítulo sobre a reforma urbana para ser incluído na Constituição, por meio de uma emenda popular. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana envolvia um amplo leque de organizações da sociedade civil – entidades profissionais liberais, ONGs, associações de moradores e de movimentos sociais urbanos, além de parlamentares do campo popular. Esse movimento deu origem ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana e seus desdobramentos – os fóruns regionais e municipais. O Pólis, juntamente com a Fase, teve papel de destaque nessa articulação – o Instituto assumiu a secretaria executiva do Fórum por várias vezes.

O Pólis manteve uma participação constante na plataforma da reforma urbana.

Depois da formulação de propostas que pautariam a elaboração da Constituição Federal, esteve presente também nos processos de elaboração da Constituição dos estados e nas leis orgânicas dos municípios. Entre a promulgação da Constituição, em 1988, e a aprovação da lei que estabelece o Estatuto da Cidade, em 2001, foram anos de ação política e construção da cidadania, envolvendo uma multiplicidade de atores.

Internamente, investiu em pesquisas que aprofundaram o conhecimento da realidade urbana brasileira e subsidiaram a ação dos ativistas pela reforma. “Nos anos 1990, fizemos trabalhos muito importantes, como *Instrumentos urbanísticos contra a exclusão territorial* (Publicações Pólis n. 27, 1997) que sistematiza os debates realizados em um seminário sobre o tema; e *Regulação urbanística e exclusão territorial*. (Publicações Pólis n.32, 1999), resultados de uma pesquisa de avaliação de aplicação de instrumentos urbanísticos, realizada com apoio do Lincoln Institute of Land Policy e da Fapesp, por meio do seu Programa de Políticas Públicas (96/97)” comenta a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, articuladora da área de Urbanismo do Pólis. Os conhecimentos gerados nessas pesquisas foram incorporados posteriormente aos materiais de difusão do Estatuto da Cidade.

Considerado um dos mais importantes instrumentos para a afirmação de direitos no âmbito da política urbana, o Estatuto da Cidade incorporou as bandeiras de luta levantadas pelo movimento, como democratização das cidades, planejamento participativo, regularização fundiária, regulação do uso e ocupação do solo urbano, que ganharam estatuto de lei federal.

Dois anos depois da aprovação do Estatuto da Cidade, já no governo Lula, foi criado o Ministério das Cidades, dando novo dinamismo às questões urbanas. A composição do governo nessa fase inicial, em que foram absorvidas muitas pessoas envolvidas com o movimento de reforma urbana, contribuiu para o fortalecimento dessa plataforma. Foi desencadeado um movimento para a efetivação do

Estatuto das Cidades e a adoção dos planos diretores nos municípios – a Campanha Nacional pela Elaboração dos Planos Diretores Participativos. A 1ª Conferência Nacional das Cidades, precedida pelas Conferências Estaduais e Municipais, realizadas ainda em 2003, criou e elegeu os membros do Conselho Nacional das Cidades e estabeleceu parâmetros para uma política de desenvolvimento urbano – o Pólis participou da organização da Conferência e teve um representante eleito para o Conselho.

Nos anos seguintes, o Instituto ficou profundamente envolvido em consultorias para a elaboração de planos diretores em municípios de diversas regiões do Brasil. “ Fizemos isso em municípios complexos, como as capitais Fortaleza e Vitória, em grandes cidades de regiões metropolitanas, como Guarulhos e Santo André, em importantes cidades do interior de São Paulo, como Piracicaba e São Carlos, e também em pequenas cidades, como São Gabriel da Cachoeira, no interior da Amazônia”, comenta Nelson Saule Jr.

“Nessas consultorias, dávamos uma ênfase na metodologia participativa, estimulando a discussão sobre temas estratégicos, como o planejamento e a regulação do uso e da ocupação do território. O esforço era tentar reverter o favorecimento dos setores do mercado imobiliário, bem como criar mecanismos para incluir as populações de baixa renda e para o município combater a especulação imobiliária. Era um processo político bem difícil, pois nossa interlocução era com o governo – os gestores e os técnicos. Eram eles que faziam a interlocução com a sociedade”, diz Nelson.

Em meio ao debate nacional sobre a aplicabilidade do Estatuto da Cidade, a Caixa Econômica Federal encomendou ao Pólis um material didático que “traduzisse” o novo marco legal. A publicação, que ficou conhecida como *Guia Laranja*, teve duas edições subsidiadas pela Caixa e pelo Congresso Nacional, cada uma com tiragem de 15 mil exemplares. Distribuída para todos os municípios brasileiros e ONGs, foi o primeiro esforço de interpretação do Estatuto da Cidade.

Logo depois, o Pólis editou o Kit das Cidades, um conjunto de publicações acondicionadas em uma caixa, com linguagens dirigidas a diferentes públicos, para explicar e divulgar o Estatuto da Cidade. O Kit incluiu um guia elaborado pela equipe de urbanistas e advogados do Pólis e destinado às equipes técnicas, que explica passo a passo as implicações urbanísticas e jurídicas do Estatuto da Cidade; um CD-ROM técnico; uma cartilha; um vídeo; vinhetas explicativas para veiculação em rádios em linguagem mais acessível e um jogo de RPG. Com duas tiragens de mais de 1.500 exemplares cada uma, o Kit e o *Guia Laranja* são considerados as mais bem-sucedidas iniciativas de disseminação do Estatuto da Cidade e de capacitação de agentes para colocá-lo em prática.

“Contando com o apoio financeiro da agência norte-americana Lincoln Institute of Land Policy, o Pólis ainda promoveu a formação de multiplicadores das informações contidas no *Guia Laranja* e no Kit das Cidades, pessoas escolhidas cuidadosamente em todo o país para replicar os conhecimentos adquiridos em suas organizações locais”, comenta Paula Santoro, arquiteta e urbanista que atuou nessa frente de trabalho do Pólis. Em 2005, o Ministério das Cidades passou por um redirecionamento político e teve início a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), plano que prevê investimentos em setores estratégicos da economia brasileira para acelerar o desenvolvimento econômico. Nesse ano também foi aprovada a lei federal que instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O Pólis elaborou manuais técnicos sobre regularização fundiária para o Ministério das Cidades, com financiamento da Caixa. Paralelamente, promoveu cursos sobre processo de regularização fundiária para profissionais do direito, gestores públicos e lideranças sociais. Nos anos seguintes (2004-2010), realizou várias consultorias sobre regularização fundiária para a Secretaria do Patrimônio da União e para municípios como Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo e Taboão da Serra (SP).

Em São Paulo, contribuiu para a elaboração de projeto de lei para regulariza-

ção fundiária de 153 áreas públicas municipais ocupadas por favelas. Em parceria com a PUC-SP e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, realizou pesquisa sobre o regime jurídico da propriedade, da posse e dos conflitos fundiários urbanos, bem como sobre o regime jurídico dos bens imóveis da União para o Projeto Pensando o Direito do Ministério da Justiça.

O Pólis teve participação destacada no Conselho das Cidades, no processo de revisão da lei de parcelamento do solo, entre 2007 e 2009, com propostas de ampliação de projetos de habitação de interesse social e para viabilizar o acesso à terra urbanizada para população de baixa renda. Nesse período, também apresentou ao Conselho das Cidades propostas de legislação e medidas administrativas para viabilizar o uso de recursos do Fundo de Habitação de Interesse Social por organizações e cooperativas populares e o uso de imóveis públicos da União para projetos de habitação de interesse social.

Em 2009, o Instituto elaborou uma cartilha sobre o Direito à Cidade, em parceria com o Center on Housing Rights and Evictions (Cohre), tema permanente de sua atuação no plano internacional. O Instituto participa do Fórum Urbano Mundial, de periodicidade bienal, organizado pela ONU desde 2002, bem como do Fórum Social Mundial e demais redes e organismos internacionais, palcos para a disseminação da *Carta Mundial do Direito à Cidade* e para a defesa do reconhecimento do direito à cidade como direito humano, indispensável para a construção de cidades justas, democráticas e sustentáveis. Em 2010, teve uma atuação destacada no Fórum Urbano Mundial, realizado no Rio de Janeiro, participando da definição de sua temática, que versou sobre o direito à cidade. A *Carta do Rio de Janeiro*, aprovada ao final do Fórum, é o primeiro documento oficial da ONU-Habitat que trata desse direito.

A partir de 2011, quando o Estatuto da Cidade fez dez anos, foram realizados vários seminários de balanço e avaliação de seu impacto. O Pólis participou da coordenação nacional e estadual da pesquisa para avaliar até que ponto os planos

diretores adotados nos municípios expressavam a plataforma da reforma urbana. O resultado mostrou que, apesar de grandes avanços, ainda existem questões que precisam ser resolvidas e aprofundadas, como o tratamento das áreas rurais e de sua modificação para zonas de expansão urbana, a dimensão da mobilidade e a regulação do uso e ocupação do território. “Trabalhamos também na defesa da construção de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que integre essas políticas nacionais de habitação, mobilidade, saneamento, planejamento territorial, uma perspectiva não só nacional, mas para os estados e municípios”, diz Nelson. Esse sistema deveria criar instrumentos para lidar com problemas urbanos que ultrapassam as fronteiras dos municípios.

OCUPAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS E LUTA PELA MORADIA DIGNA

O Pólis mantém historicamente a discussão sobre a ocupação das áreas centrais das cidades, especialmente a das regiões metropolitanas, conservando estreita relação com os movimentos de moradia e entidades não governamentais que atuam na defesa desse direito. Nas últimas décadas, os bairros periféricos e cidades-dormitórios das regiões metropolitanas tiveram elevados índices de crescimento populacional, enquanto os bairros centrais, com boa infraestrutura, oferta de serviços públicos e trabalho, tiveram redução da população – tendência que encontra algumas exceções pontuais, como em São Paulo, em que se percebe uma relativa reversão dessa tendência nos últimos anos.

“Essa forma de expansão urbana, patrocinada pelo Estado, tem tornado as cidades cada vez mais insustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental, de mobilidade e de gestão pública quanto em termos de qualidade de vida”, comenta a arquiteta e urbanista Margareth Uemura, pesquisadora e diretora do Pólis. Uma parcela significativa da população urbana é compelida a morar em locais distantes dos benefícios produzidos pela cidade, como escolas, hospitais, creches e, muitas vezes, obrigada a viver em áreas de riscos físicos e sociais. A parcela dos traba-

lhadores de baixa renda que prioriza morar nos bairros centrais tem como opção de moradia os cortiços ou habitações precárias e coletivas, em geral com péssima habitabilidade e altos preços de aluguel.

A luta pelo direito à moradia digna e pela ocupação das regiões centrais subutilizadas teve início ainda nos anos 1980, dando origem a um forte processo de organização popular. Esses movimentos se mantêm ativos em várias cidades brasileiras, promovendo ações que visam à efetivação do direito à moradia. Foi com esses movimentos organizados e em conjunto com diversas entidades que o Pólis realizou, em 2009, o Projeto Moradia é Central, apoiado pela Oxfam.

Presente em cinco cidades – São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Belém –, o projeto promoveu pesquisa, debates e encontros com entidades e movimentos sociais, incluindo a questão do direito à moradia digna na pauta das políticas de habitação para a população urbana de baixa renda. O resultado foi publicado ainda em 2009 em cinco versões de *Moradia é central: inclusão, acesso e direito à cidade*, uma para cada município, distribuídas pelas entidades e movimentos de moradia locais e pautado no Fórum da Reforma Urbana.

Em 2011, dando continuidade a esse trabalho, o Pólis realizou em parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos o *Seminário Nacional: Lutas e Experiências pela Moradia Digna nas Áreas Centrais* e mais uma publicação, envolvendo mais cinco cidades: Santos, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Porto Alegre.

LITORAL SUSTENTÁVEL

Desde 2011, as equipes de Urbanismo e Direito à Cidade do Pólis vêm trabalhando no Projeto Litoral Sustentável. Realizaram uma leitura urbanística dos municípios da Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo, envolvendo uso e ocupação do solo, loteamentos irregulares e possibilidades de expansão, considerando as áreas de conservação, infraestrutura urbana, mobilidade e regulamentação do

território. Essa leitura resultou em diagnósticos municipais e regionais debatidos com a comunidade e o poder público, gerando agendas para o desenvolvimento local e regional.



Projeto Litoral Sustentável –
Encontro na Baixada Santista, 2012.

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Esta longa jornada, que já conta com mais de 25 anos, foi afirmando o Pólis como uma das entidades mais presentes em articulações e redes em defesa da cidadania, tanto em nível nacional quanto local, como pode ser comprovado por uma pesquisa do Cebrap em São Paulo, em que o Pólis aparece como uma das entidades mais reconhecidas e legitimadas pelas organizações de base da cidade.

Sua capacidade de pesquisa e produção de conhecimentos o coloca entre as instituições com especialização nas questões urbanas e na análise das relações entre governos locais e as demandas da cidadania. Instituições como Unicef, Unesco, Pnud, Ipea, BNDES, entre outras, estabeleceram trabalhos conjuntos com o Pólis em razão do prestígio e legitimidade que o Instituto acumulou com seu trabalho.

Sem deixar de se ocupar com o desenvolvimento do território centrado na busca da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida, como é o caso de sua intervenção junto a treze municípios integrados ao Projeto Litoral Sustentável, em São Paulo, e demonstrando uma capacidade de adaptação à nova conjuntura, o Pólis vem atuando cada vez mais em nível nacional, promovendo a avaliação de políticas públicas federais, como no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; apoiando iniciativas de regularização fundiária de áreas populares ocupadas; colaborando na formulação e monitoramento de políticas como as de segurança alimentar e nutricional e manejo dos resíduos sólidos.

A essas atividades, o Pólis tem combinado sua participação em campanhas populares, como a mobilização pela *reforma política*, liderada pela Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, da qual faz parte.

Tem sido uma intensa e estimulante jornada, na qual o Pólis mantém seu engajamento nas lutas e nos processos de transformação social empreendidos pela cidadania ativa, na busca por cidades justas, democráticas e sustentáveis, e na construção de um mundo melhor.

Essa trajetória foi possível graças ao forte compromisso da equipe administrativa e financeira e do corpo de técnicos que, em momentos distintos, se somaram à instituição. Muitos deles permanecem atuando no Pólis ou integram seu quadro de associados; outros seguiram caminhos próprios, mas todos eles imprimiram suas marcas na instituição, participando ativamente da história do Pólis e da construção de seu futuro.

LISTA DE COLABORADORES PÓLIS 25 ANOS

A

Adélia Prates Queiroz

Abigail Silvestre Torres

Abiram Hernández Fernández

Adauto Lucio Cardoso

Adauto Novaes

Adriana da Cruz Santos

Adriana Fernandes

Adriana Friedmann

Adriana R. de Almeida Prado

Adriano Borges Ferreira Costa

Aguinaldo dos Santos

Alba Regina do Val

Alberto G. O. Pereira Barreto

Aldaíza Sposati

Alejandra Meraz Velasco

Alex Sander da Silva Gonçalves

Alexandra Reschke

Alexandre Aguiar

Alexandre Barbosa Pereira

Alexandre Fortes

Alfonso Osegueda Cruz

Alice Martins Villela Pinto
Allan Lopes Ferreira
Almir Rogério Pereira
Altair José Moreira
Amâncio Friaça
Amanda Rodrigues
Amanda Salomão
Amir Antonio Khair
Ana Amélia da Silva
Ana Carolina Evangelista
Ana Claudia Chaves Teixeira
Ana Cláudia Teixeira
Ana Cristina V. Vellardi
Ana Lígia Gomes
Ana Luiza Motta
Ana Maria Almeida Campos
Ana Maria Lima Barbosa
Ana Maria Saul
Ana Maria Wilhelm
Ana Miraglia
Ana Patrícia Sampaio de Almeida
Ana Paula Corti
Ana Paula do Val
Ana Paula Macedo Soares

Ana Rojas Acosta
Ana Toni
Anderson Kazuo Nakano
Anderson Rafael Nascimento
André Kobashi de Faria
André Luiz de Araújo
Andrea Braga Salgueiro
Andrew Clayton
Ângela de Arruda Camargo Amaral
Angela Maria Bezerra
Angelo Eduardo Cunha Martino
Anna Luiza Salles Souto
Anna Maria de Oliveira Rennhack
Antônia de Pádua
Antonio Carlos Magnanelli
Antonio Carlos Morales
Antonio Chizzotti
Antônio Cruz
Antonio Faria
Antonio Fernando Gouvêa da Silva
Antonio José Faria da Costa
Antonio José R. de Brito
Antonio Luiz Mourão Santana
Antonio Martins

Antônio Rodrigues
Antonio Vicente de Amorim Filho
Ariella Kreitlon Carolino
Ariovaldo Ramos
Arthur Vilela
Auana Lameiras Diniz
Augusto Cassio Portugal Gomes
Aurélio Serafim
Aziz Nacib Ab'Saber

B

Baby Amorim
Bartira Veludo Varela Costa
Beatriz do Valle Bargieri
Beatriz Rufino
Beatriz Vieira
Benedita Aparecida Alegre de Oliveira (*in memoriam*)
Benedito Roberto Barbosa
Bernardo Novais da Mata Machado
Berthelina Alves Costa
Beto Cury
Betty Mindlin
Bezinha Lopes da Cunha Soares,
Bianca dos Santos
Bianca Pyl

Bob Jay

Bonna de Villa

Bruna Michelman

Bruno Canavarro

Bruno Lopes Correia

C

Caco Barcellos

Caio Silveira

Camila Croso Silva

Camila Morgause

Camila Pozzi de Aguiar

Cândido Grybowski

Carla Cristina Miyasaka

Carla Menezes

Carlos Adriano Constantino

Carlos Antonio Morales

Carlos Cecconi

Carlos Henrique A. Oliveira

Carlos Morales

Carlos R. Puca L. de Milita

Carlos Rodrigues Brandão

Carlos Zagni

Carola Carbajal Arregui

Carolina Caffé

Carolina Kokumai Nakamura
Carolina Miranda
Carolina Rocha Silva
Caroline Bampa
Cassiano Raimundo dos Santos
Cássio Luiz de França
Cecilia Bissoli
Cecília Kayano Moraes
Celeste Gama Melão
Celi Nogueira
Celso Augusto Daniel (*in memoriam*)
Celso Frateschi
Celso Luiz Cocenza
Celso Mauro Paciornik
Celso Spitzcovsky
Cesar Augusto de Paula Pinto
Charles Pranke
Christian A. Mirza
Christiane Gasparini Araújo Costa
Christiane Gomes
Cibele Daliba Rizeck
Cibele Franzese
Clarissa Costa
Clarissa de Oliviera

Claudia Abramo Ariano

Cláudia Maria Beré

Claudia Nogueira

Claudia Silveira

Claudio Lorenzetti

Claudius Ceccon

Cleber Moreira Lopes

Clóvis Henrique Leite de Souza

Clyde Soto

Cristiane Gomes

Cristina Correa Cabral

Cunca Bocayuva

Cynthia de Lima Krahenbuhl

Cyrus Afshar F. Abdollahyan

D

D. Angélico Sandalo Bernardino

D. Mauro Morelli

Dalmo de Abreu Dallari

Daniel Annenberg

Daniel da Silva

Daniel Ho

Daniel Hofling

Daniel Kondo

Daniel Marconi

Daniel Nascimento Hylario
Daniel Renauld
Daniela Greeb
Daniela Luana de Araújo
Daniela Ramalho
Daniela Stanislau Affonso
Danielle Klintowitz
Danilo de Cerqueira César
Danilo Mekari
Danilo Miranda
Darlan Barboza
Débora Felgueiras
Denise Barros
Denise Neri Blanes
Denise Vitale
Diana Valadares
Diego da Silva
Diego Everton Ferreira da Silva
Dilma Sylvéria dos Santos Nazário
Dinalva Rodan
Diogo Soares
Dirce Gomes
Dirce Koga
Douglas Leonel Fidelis Ferreira

Durval Muniz de Albuquerque Jr.

E

E. Evelin Mamani Patana

Edgar Luiz de Barros

Edie Pinheiro C. de Lima

Edmar Machado

Eduardo de Lima Caldas

Eduardo do Nascimento

Eduardo Freire

Eduardo Madope

Eduardo Pizarro Carnelos

Eduardo Rombauer van den Bosh

Eduardo Veshagem Quarenta

Elenaldo Celso Teixeira

Elenir Gomes da Silva (*in memoriam*)

Eliane Ribeiro

Elie Ghanem

Elisa Camarote

Éllade Imparato

Elmir de Almeida

Eloy Alfredo Pietá

Emiliano Caccia Bava

Emilio Eigenheer

Emma Williams

Emmanuel Ponte
Eri Ishimoto
Erica Diogo
Erica Machado Lelzerich
Ernesto Isunza-Vera
Esperanza González R.
Eulalia Portella
Evaniza Rodrigues
Evelina Dagnino
Evelyn Levy

F

Fabiana Maria da Silva
Fabiana Rodrigues dos Santos
Fabiano Estevam
Fábio Brant R. da Silva
Fabio Eduardo Piton Francese
Fabio Lyra
Fábio Maleronka Ferron
Fábio Moreira Leite
Fabio Velásquez C.
Fabrício Toledo
Fernanda Araújo de Almeida
Fernanda Furtado
Fernanda Martinez

Fernanda Oliveira
Fernanda Versolato
Fernando Bastos
Fernando Bruno
Fernando de Moraes
Fernando Gabeira
Fernando Silva
Ferréz
Filipe Maciel Paes Barreto
Filipi Gonçalves
Flavio Bierrenbach
Flávio de Oliveira Santos
Flavio Jorge Rodrigues da Silva
Flávio L. S. Valente
Florence Anne Raes
Florence Rodrigues
Francele Cocco
Francisco Comaru
Francisco de Oliveira
Francisco Dominguez Caseco
Francisco Ferron
Francisco Mendes de Barros
Francisco Menezes
Francisco Weffort

G

Gabriel Blanco

Gabriela Spanghero Lotta

Gabriela Moncau

Gabriely Souza de Araújo

Gandia Silva

Geraldo Pereira Magela Leão

Gerd Sparovek

Gerson Sergio Brandão Sampaio

Gilson Carvalho

Gilvan Batista do Nascimento Junior

Gisela Cunha Viana Leonelli

Gisele Balestra

Gislaine A. Sacardo

Gisleine Ferreira Calado

Grazia de Grazia

Guadalupe M. J. Abib de Almeida

Guilardo Veloso

Guilherme Henrique de Paula e Silva

Gustavo Marin

Gustavo Venturi

H

Hamilton José Barreto de Faria

Hebert dos Santos Paula

Helena Abramo

Helena Faro

Helena Maria M. Baneto

Helena Menna Barreto Silva

Helia Maria Santa Barbara Pereira

Hélio Wicher Neto

Heloisa Helena Canto Nogueira

Henrique Iglecio Fernandes

Henrique Zanetta

Herbert dos Santos Paula

Heródoto Barbeiro

Herta Pidner

I

Iara Darcy Police Monteiro

Iara Rolnik Xavier

Idalvo Toscano

Ignacio Arboleya

Igor Fuser

Inácio da Silva

Inimá Pappiani Lacerda

Iracema Ester do N. Castro

Irene Maestro Sarrion dos Santos Guimarães

Íris Maria de Oliveira

Isabel Ginters

Isadora Tami Tsukumo

Isis de Palma

Itamar Mendes da Silva

Itamarati de Lima

Iume Taga Tamoto

Ivan Fernandes Neves

Ivan Giannini

Ivan Prado Silva

Izabel Cambraia

J

Jacques Pena

Jaime Pinsky

Jamil Rogério dos Santos

Janaina Valéria de Mattos (*in memoriam*)

Jane Casella

Jeferson Nunes

Jefferson Dias

Jefferson Ribeiro

Jeroen Klink

Jéssica Aline Yamaguishi Baliza

João Baptista Pimentel Neto

João Batista dos Santos

João Batista Ribeiro Filho

João Carlos de Campos Leme

João Carlos Ignácio
João Francisco Pessini
João José de Almeida Nassif
João Neres
Joel Rocamora
Johanness Eck
Johnny Renan de Paula
Jonathan Gaventa
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Jorge Kayano
Jorge León Trujillo
Jorge Morel
Jorge Romano
Jorge Viana
José Amaral do Carmo
José André Ribeiro Lepsch
José Antônio Moroni
José Arlindo Soares
José Arnaldo de Oliveira
José Augusto da Luz Ribeiro
José Carlos Rodrigues
José Carlos Vaz
José César Magalhães
José Cleber de Freitas

José Coutinho Júnior
José dos Reis Santos Filhos
José Eduardo Martins Cardozo
José Flávio Oliveira
José Geraldo Simões Jr.
José Gomes Sobrinho
José Gonçalves de Almeida
José Hernani Arrym Filho
José Luiz Goldfarb
José Marinho Nery Jr.
José Marques Carriço
José Szwako
Josefa de Lima
Joselita Macêdo Filha
Josilene Ticianelli Vannuzini
Juarez Tarcísio Dqyrell
Jucelino Leite Queiroz
Julia Cara Giovannetti
Julia Mello Neiva
Julia Tavares
Juliana Araujo Cesar Tavares
Juliana Brito
Juliana da Silva Hereda
Juliana Lordello Sicolti

Juliana Ribeiro Brandão

Juliana Yoshida

Julio Mendonça

Júlio Pedrassoli

Júlio Wainer

K

Karina Dantas G. Borba

Karina Gaspar Uzzo

Katia Hale dos Santos

Kelci Anne Pereira

Kjeld Jakobsen

Klaus Schubert

L

Ladislau Dowbor

Laudicéia Araujo

Laurindo Martins Junqueira Filho

Léa Mara Langone

Leandro Pereira Morais

Leda Pereira Mota

Leonardo Boff

Leonardo Brant

Leonor Aurimar Barroso Mendes

Letícia Marques Osório

Leticia Massula

Letícia Moreira Sigolo
Lila Santos
Lilia Santana
Lílian Celiberti
Line Bareiro
Lívia De Tomassi
Lizandra Serafim
Lizete Gomes Arelaro
Lourdes Granja
Lucas Antonio de Resende
Lucas de Figueiredo
Luci Ayala
Lúcia Isabel da Conceição Silva
Lúcia Pontes
Lúcia Thereza Lessa Carregal
Luciana Bedeschi
Luciana de Castro S. Pinto
Luciana Maria Tuszal
Luciana Tatagiba
Luciene Burlandy
Lucimar Carneiro
Lucyvanda Moura
Luis Alves de Souza
Luis Eduardo Tavares

Luis Felipe Cezar
Luis Fingerman
Luis Leite de Queiroz
Luís M. M. Borges
Luis Octávio da Silva
Luiz Eduardo de Almeida
Luiz Henrique Moraes
Luiz Kohara
Luiz Roberto Alves
Luiz Roberto Lauand
Luiz Sertório
Luiz Teixeira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Luiza Erundina de Souza
Luíza Heimann
M
Mabel Gabarra
Maíra Kubík Mano
Maitê Freitas
Manoela Salem Miklos
Manoj Rai
Manon Crozet
Manuella Ribeiro
Mara Suzana Ferreira Calor

Marcel Fantim
Marcelo Bicalho
Marcelo de Oliviera
Marcelo Nastari
Marcelo Noweszter
Marcia Aparecida Caetano Pereira (*in memoriam*)
Marcia Arnald Antunes
Márcia Bueno dos Reis Real
Márcia Santos da Silva
Marcílio Brandão
Marcio Paiva de Souza
Marcio Pochmann
Marco Antonio Carvalho Teixeira
Marco Antonio de Almeida
Marco Antonio Ribeiro Tura
Marco Antonio Teixeira
Marcos Bicalho
Marcos Cury
Marcos T. Galvão
Marcus Brose
Margaret Baroni
Margareth Uemura
Margarita López Maya
Maria Agb Croft

Maria Albertina J. Carvalho
Maria Angela de Ambrosis Pinheiro Machado
Maria Angelina B. de Carvalho
Maria Antonieta Antunes Cunha
Maria Aparecida Mendes dos Anjos
Maria Aparecida Tijiwa
Maria Argenice de S. Brito
Maria Beatriz Cruz Rufino
Maria Bernadette Paim Barth Calleya
Maria Candida Alves
Maria Carmelita Yazberk
Maria Carmen da Silva
Maria Carolina T. Ferro
Maria Cicera de Salles
Maria Clara Di Pierro
Maria Conceição A. Sepúlveda
Maria Cristina Angelini
Maria Cristina da Silva Rodrigues
Maria Cristina Oliveira
Maria Cristina Vasconcellos
Maria da Glória Marcondes Gohn
Maria das Dores R. do Nascimento
Maria de Lourdes Badejo Gussoni
Maria do Carmo Alves Albuquerque

Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz
Maria do Rosário Ramalho
Maria Elisabeth Grimberg
Maria Elizabeth Barros Diniz
Maria Ercília do Nascimento
Maria Ignês Bierrenbach
Maria Inês V. do Amaral
Maria José F. F. Margarido
Maria Josete Pereira
Maria Judith Magalhães Gomes
Maria Julia Aguerre
Maria Lúcia Carvalho da Silva
Maria Lucia da Silveira
Maria Lúcia Refinetti Martins
Maria Manoela Valença
Maria Paula Dallari Bucci
Maria Ruth Takahashi
Maria Salete da Silva Pereira
Maria Salete Joaquim
Maria Tarquinia Vieira Moreira
Maria Teresa Martins Rodrigues Belda
Mariana Barbosa
Mariana Chies
Mariana Fonseca do Rosário

Mariana Levy Piza Fontes
Mariana Marques
Mariana Mencio
Mariana Monferdini Romão,
Mariana Moreira
Mariana Pascoal
Mariangela Belfiore Wanderley
Mariangela Graciano
Marie Claire Sekkel
Mariem Haiek
Marilda Donatelli
Marilena Cunha
Marilena de Souza Chaui
Marilia Cristina Borges
Marina Albuquerque Mendes
Marina Gonzales
Marina Ladeira Colonelli
Marina Mariko Ota
Mario Garcés
Mário Sérgio Cortella
Mário Volpi
Marisa Greeb
Markus Brose
Marly Winkler

Marta A Mendonça
Marta Esteves de Almeida Gil
Martha Arruda
Martha Lemos de Carvalho
Martim O. Smolka
Mary Pat MacKinnon
Massimiliano Granceri
Mateus Bertolini de Moraes
Matilde Ribeiro
Matt Leighninger
Maurício Renan dos Santos
Maurício Santoro
Meire Bruno Chiachio
Melania Alves Silva
Mesaque Araújo da Silva
Messias Pinto
Michele Pereira dos Santos
Michelle dos Santos Fernandes
Michelle Fleury
Milena Lima e Silva
Ming Zhuang
Miranda Zoppi
Mireya Soares
Miriam Lozano

Mirjam van Donk
Mirna Leando Ribeiro de Castro
Moema Miranda
Moema Sanchez Quintanilha
Moema Viezzer
Muriel Soares
Myrian Veras Baptista
Myrna de Abreu Machado
N
Nabil Bonduki
Nadia Somekh
Naguiça Abe
Nair Heloísa Bicalho de Souza
Nalu Faria
Natália Megume Tsukamoto
Natalia Negretti
Natalina Ribeiro
Natasha Magalhães Zanardi
Natasha Mincoff Menegon
Nazareno Sposito Stanislau Affonso
Neide Pereira dos Santos
Nelson Machado
Nelson Rodrigues dos Santos
Nelson Saule Junior

Newton Vagner Diniz
Newton Virando Basile
Nilde Balcão
Nilma Lino Gomes
Nilson Moulin Louzada
Nilton Bonder
Nilton Bueno Fischer
Nilza Maria Albino de Paula
Nina Best
Nyangbyaki Bazaara

O

Odair Furtado
Odilon Guedes Pinto Junior
Olinda do Carmo Luiz
Orlando Alves dos Santos Jr.
Osmany Porto
Osmar de Paula Leite
Othon Luiz do Amaral Silveira Jr.
Ozanira Ferreira da Costa

P

Patrícia Bertucci
Patrícia Blauth
Patrícia Cezário
Patrícia Cobra

Patrícia de Menezes Cardoso
Patricia Gaturamo
Patrícia Helena Massa Arzabe
Patrícia Laczynski
Patrícia Lânes
Patrícia Pasquali
Patrícia Silva
Paula Aguina
Paula Duarte
Paula Ferreira de Lima
Paula Freire Santoro
Paula Ione Stroh
Paula Lima
Paula Miraglia
Paula Pollini
Paula Pompeu Fiuza Lima
Paulino Caetano
Paulo Augusto de Oliveira Itacarambi
Paulo Bettinelli
Paulo Cesar Carrano
Paulo Sérgio Muçouçah
Paulo Sevalho Gonçalves
Paulo Somlanyi Romeiro
Pedro Benjamin Garcia

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

Pedro Paulo Branco

Pedro Pontual

Pedro Roberto Jacobi

Pedro Truszko

Peter Kevin Spink

Peter Oakley

Piatã Stocklos Kignel

Pierre Calame

Plínio Constâncio Alvarenga Neto

Plínio de Arruda Sampaio

Plínio Pimentel

Priscila Cardoso

Q

Quintín Riquelme

Quitéria Maria da Silva

R

Rafael D´Almeida Martins

Rafael L. Tatemoto

Rafael Oliva Augusto

Rafael Paulo Ambrósio

Raimundo Bonfim

Rangel Arthur Mohedano

Raphael Bischof

Raquel Raichelis
Raquel Rolnik
Raquel Z. Altman
Raul Monteiro
Regina Baleeiro Campos Devescovi
Regina Maria Pozzobon
Regina Rabello Tamm Renault
Regina Reyes Novaes
Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco
Renata Junqueira Ayres Villas-Boas
Renata Pistelli
Renato Cymbalista
Renato Sérgio Jamil Maluf
Ricardo Abramovay
Ricardo Azevedo
Ricardo Cifuentes
Ricardo de Souza Moretti
Ricardo Jimenez
Ricardo Lima
Ricardo Matheus
Ricardo Prates Queiroz
Ricardo S. Moretti
Rita Andréa
Rita Canutti

Rita Coelho
Rita Joly
Roberta Jovchelevich
Roberto de Andrade Martins
Roberto Moreira
Roberto N. Garibe Filho
Roberto Villalba
Rodrigo Dantas Bastos
Rodrigo Priolli de Oliveira Filho
Rogério Pacheco Jordão
Romeo Grompone
Rosana Denaldi
Rosana Elisa Carteli
Rosane Santiago
Rosane Tierno
Rosangela Dias Oliveira da Paz
Rosangela H. Pezoti
Rosangela Maria da Silva
Rose Nierras
Rose Satiko G. Hikiji
Roseli Zerbinato da Silva
Rosely Risuenho Viana
Rosemary Ferreira de Souza Pereira
Rosemary McGee

Rosemeire Nakashima

Rossella Rossetto

Rubens Harry Born

Rubens Naves

Rudá Ricci

Rudolf de Noronha

Ruth Egas Negrini

Ruth Simão Paulino

Ruth Takahashi

Ruy Cezar do Espírito Santo

S

Sebastião José Martins Soares

Sebastião Pimentel Franco

Sebastião Salgado

Selma Rocha

Selva Ribas Bejarano

Sergio Avancini

Sérgio Haddad

Sérgio L. Cerqueira Silva

Sergio Zermeño

Sidney Piochi

Silvana Lamanna Cupaiolo

Silvia Dias Alcântara Machado

Silvia Maria Sampaio Camurça

Silvia Pinheiro Machado Milliet

Silvio Angrisani Caccia Bava

Silvio Bock

Simone Nery de Santana

Solange Rodrigues

Sonia Francine - Soninha

Sonia Maria de Lima Oliveira

Sonia R. T. Almeida

Stacy Natalie Torres da Silva

Stela da Silva Ferreira

Suely Stelze

Susana Eróstegui

Suzana Kleeb

Suzanne Taschereau

T

Tadeu de Pietro

Tamires Arruda Fakhi

Tânia Bacelar de Araújo

Tania de Oliviera Pessoa

Tânia Maria Masselli

Tania Zapata

Tarcisio de Paula Pinto

Tarcisio de Queiroz Perroni

Tatiana de Amorim Maranhão

Telma Hoyler
Tereza Heloína Teixeira
Tereza Moreira
Thaís Brianezi
Thais Cattel
Thais Peinado Berberian
Thais Ricardo Chueiri
Thiago Tadeu da Rocha
Tomás Moreira
U
Uiran Gebara da Silva
Úrsula Peres
Uyrá Lopes dos Santos
V
Valdete de Barros Martins
Valdo França
Valéria Ferreira de Aguiar
Valeria Virginia
Valeska Peres Pinto
Valmir de Souza
Vanessa Koetz
Vanessa Marx
Vanessa Souza
Vera da Silva Telles

Vera Mansação Ribeiro
Vera Vieira
Vergílio A. dos Santos
Veridiana Negrini
Veronika Anna Theodora Paulics
Veronilde Pereira Barbosa
Victor Abex
Victor Augusto Petrucci
Vilma Aparecida Barban
Vilma dos Santos Guerra
Vinícios Madazio
Virgina Junqueira
Vitor Coelho Nisida
Viviane Cosme Chaves
Viviane Nebó
W
Walter Borelli
Wanda Lucia Schmidt
Wanda Martins
Weber Sutti
Wilson Alves de Souza
Wilson Roberto Bueno da Costa
Wilza Marcolino Santos
Winthrop Carty

Y

Yamila Goldfarb

Yara Vicentini Fernandes

Youmna Abdul Ghani

Z

Zilda Pereira da Silva

Zuleika Arashiro



PÓLIS

25 ANOS

UTOPIA E DIREITOS

A CIDADE EM MOVIMENTO



Ao longo de sua existência, o Pólis desenhou um lugar singular na mobilização de atores, na construção de conhecimentos e na enunciação de paradigmas para uma sociedade justa, democrática e sustentável.

O Instituto possibilitou a seus profissionais a vivência de uma utopia social que propõe o direito à cidade para todos, a criatividade, a participação coletiva, a economia partilhada e solidária, um ambiente equilibrado e o direito de criar um mundo mais justo. São valores que não têm preço, sonhados na vida, e não apenas na obtenção de resultados.